

CAPÍTULO 3 – A ANÁLISE DE DADOS

3.1 FÁBULA 1: HIERARQUIA

HIERARQUIA

Diz que um leão enorme ia andando chateado, não muito rei dos animais porque tinha acabado de brigar com a mulher e esta lhe dissera poucas e boas.¹ Ainda com as palavras da mulher o aborrecendo o leão subitamente se defrontou com um pequeno rato, o ratinho mais menos que ele já tinha visto. Pisou-lhe a cauda e, enquanto o rato forçava inutilmente para fugir, o leão gritou: “Miserável criatura, estúpida, ínfima, vil, torpe: não conheço na criação nada mais insignificante e nojento. Vou te deixar com vida apenas para que você possa sofrer toda a humilhação do que lhe disse, você, desgraçado, inferior, mesquinho, rato!” E soltou-o. O rato correu o mais que pôde, mas, quando já estava a salvo, gritou pro leão: “Será que Vossa Excelência poderia escrever isso para mim? Vou me encontrar agora mesmo com uma lesma que eu conheço e quero repetir isso pra ela com as mesmas palavras!”²

MORAL: AFINAL NINGUÉM É TÃO INFERIOR ASSIM.

SUBMORAL: NEM TÃO SUPERIOR, POR FALAR NISSO.

1. Quer dizer: muitas e más.
2. Na grande hora psicanalítica, que soa para todos nós, a precisão da linguagem é fundamental. (FERNANDES, [1963] 1999, p. 110)

No primeiro momento do texto, após o título, configura-se a existência típica do Locutor (L) narrador de fábulas e “estórias” ficcionais, que põe em cena um enunciador, E₀, o qual se posiciona do ponto de vista da perspectiva genérica, presente em inúmeras fábulas ao longo dos tempos. Essa evidência se dá a partir da marca lingüística “Diz que”, a qual remete à voz genérica “Era uma vez”, elocução à que atribui uma posição enunciativa marcadora da perspectiva remota, a qual atravessa os tempos e é assimilada pelo locutor a partir do momento em que se dá o seu aparecimento histórico. A perspectiva, nesse caso, é atribuída à voz coletiva que comumente assimila a referida marca de enunciado em fábulas, marca esta passível de ser presentificada em outros enunciados, em outras estórias, de ocorrer em outras enunciações. É nessa mobilidade na qual se configura que torna visível seu caráter genérico, característico de fábulas, pois marca um tipo de produção textual conhecida em suas primeiras aparições mediante a forma oral, motivo de apresentar sua origem como “perdida” no esteio do tempo e absorvida na utilização coletiva de inúmeras sociedades.

No fragmento “não muito rei dos animais”, o L mobiliza três enunciadores (E).

O E₁, ponto de vista que representa a voz sustentadora da idéia de o leão ser o rei dos animais. O E₁ se assimila à perspectiva do senso comum, vez que a sociedade vê convencionalmente no leão um ser imponente, situado na camada mais alta do “reino dos animais”. Nesse caso, de forma figurativa, o leão representa a arquitetura social vigente, caracterizando uma sociedade estruturada de acordo com uma visão patriarcal, a partir da qual o homem ainda tem supremacia em termos de poder e de direitos em relação à mulher. O leão, portanto, encontra-se num lugar que deve ser mantido, preservado. Além do E₁, manifestam-se dois outros enunciadores distintos mediante o grau de intensidade, marcado discursivamente pelo intensificador “muito”. Assim, tem-se o E₂, que aplica um grau maior ao “rei dos animais”, indicando o ponto de vista de que o leão pode ser mais que o rei dos animais, portanto, “muito rei dos animais”. No entanto, em oposição ao referente grau ascendente, que é rejeitado no discurso, passa a ser estabelecido o E₃ sob um caráter estrutural de lítotes. Portanto, ao se apresentar como um enunciado negativo: “não muito rei dos animais”, remete-se ao posicionamento do E₃, configurado mediante o sentido de o leão estar pouco rei dos animais. Esse é o ponto de vista que se leva em consideração na fábula. A partir daí, verifica-se a presença de um abalo, de um estremecimento nas bases da arquitetura social. Tal situação é observada mediante a caracterização do posicionamento do locutor e o vínculo estabelecido com o centro da perspectiva em questão. O acionamento das posições locutor / enunciador efetua-se na fábula em análise remetendo à teoria polifônica de Ducrot em consonância com o discurso na AD, a partir do qual se podem identificar os efeitos de sentido considerando a sociedade e as ideologias presentes, já que várias vozes são firmadas, marcando o discurso mediante essa cadeia de relações.

Em “um leão enorme ia andando chateado não muito rei dos animais porque tinha brigado com a mulher e esta lhe dissera poucas e boas”, observa-se o operador argumentativo “enorme” como instrumento de estratégia para intensificar a propriedade da supremacia do leão por esse já ser conhecido como “rei dos animais”. Apesar da presença do operador argumentativo “não” ser constitutivo do trecho “não muito rei dos animais”, este não invalida a posição em que o leão se encontra, não descaracteriza por completo sua autoridade. O leão não deixa de ser o rei dos animais. Esse efeito semântico é possível pela presença marcada do operador argumentativo “muito”, que, acompanhado pelo “não”, gera uma propriedade significativa de intensificar a idéia de que o leão se encontrava em uma situação na qual passava a adquirir característica de estar “pouco rei dos animais”.

Simbolicamente, o leão é:

Considerado o “rei” dos animais na terra (ao lado da águia, a “rainha” dos pássaros) (...) Outras características de forte teor simbólico são, sobretudo, a coragem, a ferocidade e sua suposta sabedoria. É representado geralmente como símbolo de poder e de justiça nos tronos e palácios soberanos (LEXIKON, 1990, p. 120-121).

No entanto, no momento em que aparece “andando chateado não muito rei dos animais”, esse, por sua vez, surge momentaneamente descaracterizado de seu valor simbólico, visto que não se encontra tão feroz, nem tão sábio. Na verdade, já que tivera “acabado de brigar com a mulher e esta lhe dissera poucas e boas”, subentende-se que o leão não se sentiu confortável por ter de ouvir as “poucas e boas”. Ao se evidenciar um “poder” apresentado pela mulher, percebe-se que o leão não está mais em sua posição hegemônica que lhe é atribuída. Nesse ponto de vista, ela passa a dismantelar toda uma concepção de poder que a ele é instituído. A essa atitude assemelha-se a postura da mulher na sociedade, posicionada em seu lugar social definido, de submissão, marcado pelo posicionamento machista, muitas vezes presentificado no cenário brasileiro a partir da voz genérica de que “lugar de mulher é na cozinha”, sendo pré-determinada a ser “dona de casa”, subordinada às ordens do marido, o “chefe da casa”, e que passa a reivindicar seus direitos de igualdade. Esse comportamento reacionário surge como reflexo propulsionado pela eclosão do movimento feminista, que ganha força na sociedade brasileira principalmente em meados da segunda metade do século XX não só no Brasil, mas também na Europa e nos Estados Unidos, como se pode observar nas palavras de Rohmann (2000, p.157):

Na Europa e nos Estados Unidos, o movimento se inspirou nos levantes políticos e nas lutas pelos direitos civis da década de 1960 e ganhou ímpeto com o ingresso cada vez maior das mulheres no mercado de trabalho.

Ao se colocar que “esta lhe dissera poucas e boas”, o L mobiliza mais três enunciadores: o primeiro, E₄, aponta para as mulheres oprimidas, pusilânimes, que não dizem nada. Nessa concepção, tem-se um lugar historicamente ocupado pela mulher mediante o paradigma da concepção machista. A partir daí, retoma-se o ponto de vista daquele que vê a mulher subordinada à autoridade masculina, numa condição pré-estabelecida ao longo dos tempos. O E₅ diz respeito às mulheres que realmente dizem “poucas e boas”, em seu sentido denotativo, no intuito de agradar, de servir. No entanto, na fábula, o sentido de poucas e boas é justamente o inverso, ou “muitas e más”, que é explicado com uma citação do autor de forma irônica, já que o referido sentido inverso é de conhecimento geral, por esta expressão,

“poucas e boas”, fazer parte do contexto da referida sociedade, a qual é estabelecida no texto, mobilizando o E₆.

No enunciado, o operador argumentativo “porque” dá início à apresentação da explicação do referido posicionamento situacional do leão. Assim, tem-se “porque tinha acabado de brigar com a mulher e esta lhe dissera poucas e boas”. Diante desse fragmento, percebe-se a proximidade do discurso com o cenário brasileiro do séc. XX. Ao optar pelo léxico “mulher” em vez de leoa, bem como estabelecer uma propriedade de detentor da utilização da palavra, marcada na fábula por “lhe dissera poucas e boas”, subentende-se que se está remetendo não só a uma produção ficcional, mas também a situações presentes no contexto social da época de produção do *corpus*. O léxico “mulher” e o verbo “dissera” aparecem no texto como marcas de isotopia, depreendida em Análise do Discurso, segundo Fiorin (2005, p.112 – 113), como “a recorrência de um dado traço semântico ao longo do texto”. A isotopia, nesse sentido, possibilita um outro plano de leitura. Isso faz com que a fábula em questão adquira a propriedade de ser lida não apenas em seu plano alegórico, e sim de estabelecer a possibilidade, a partir das marcas isotópicas, de ver na fábula uma história de “homens” e, por conseguinte, da sociedade.

Nessa disposição, já no primeiro período da fábula, é possível reconhecer a presença da realidade social da época em destaque. Assim, o leão figura como o homem, mais precisamente como o “chefe da casa”, ocupando seu lugar historicamente marcado pelo posicionamento ideológico machista. Nesse momento, o Brasil passa por uma fase de mudanças, marcada pela eclosão de vários posicionamentos ideológicos. Um deles foi o movimento feminista, que busca estabelecer a autonomia da mulher, a igualdade de direitos. Ao considerar no texto a idéia de que o homem “tinha acabado de brigar com a mulher e esta lhe dissera poucas e boas”, aciona-se a posição do E₆, representado pela mulher que, afetada pelo reflexo de uma ideologia feminista, busca afirmar-se como sujeito integrante da sociedade, que não quer mais ocupar o lugar em que se encontra, e assim se apresenta com disposição para “brigar”, lançar-se ao embate, reivindicar seu espaço social, afirmar seu direito de se posicionar ideologicamente, sem submissão.

Na seqüência, no momento em que “ainda com as palavras da mulher o aborrecendo o leão subitamente se defrontou com um pequeno rato, o ratinho mais menos que ele já tinha visto”, passa a ser estabelecido um jogo de palavras mediante um esquema de gradação. Estabelece-se, dessa forma, no texto, respectivamente, “pequeno rato”, “ratinho” e “mais menos”. Nesse sentido, a figura do rato insere-se, através desse jogo de palavras, em uma atmosfera de total insignificância, que culmina no jogo de palavras “mais menos”,

contrastando com a figura do leão, símbolo de poder e justiça. Não basta indicar, ao final da gradação, a condição de o rato estar inserido em um posicionamento inferior marcado pelo “menos”. O “mais” se faz presente no intuito de intensificar o léxico “menos”, para pôr em evidência de supremacia, a qual o leão se coloca em relação ao rato e que precisa manter, vez que se encontra moralmente abalado pelas palavras da “mulher”. Em seguida, no trecho “Pisou-lhe a cauda e, enquanto o rato forçava inutilmente para fugir, o leão gritou”, é possível perceber a centralização do poder na figura do leão, oprimindo o rato que, ratificando sua posição de impotência, tenta fugir “inutilmente”.

Quando o leão, através de um discurso direto, grita: “Miserável criatura, estúpida, ínfima, vil, torpe: não conheço na criação nada mais insignificante e nojento. Vou te deixar com vida apenas para que você possa sofrer toda a humilhação do que lhe disse, você, desgraçado, inferior, mesquinho, rato!”, passa a ser desmantelado mais um símbolo que o caracterizava: o símbolo de justiça a que se assimilara em palácios soberanos, visto que o rato não lhe tivera feito mal algum. Além disso, presentifica-se o L_1 , já que, para Ducrot (1987, p. 182), o locutor é “um ser que é, no próprio sentido do enunciado, apresentado como seu responsável, ou seja, como alguém a quem se deve imputar a responsabilidade deste enunciado”. Através dos verbos “conheço”, “vou” e “disse”, apresentados em 1ª pessoa do singular, constata-se a presença do pronome elíptico “eu”, que revela L_1 não apenas como “locutor enquanto tal”, mas também como ser do mundo, representado por λ . A esse respeito, Ducrot (1987, p. 188) salienta: “de um modo geral o ser que o pronome *eu* designa é sempre λ , mesmo se a identidade deste λ só fosse acessível através de seu aparecimento como L”. Dessa forma, configuram-se divididas duas instâncias lingüísticas estabelecidas na enunciação: L_1 e λ .

O emprego do discurso direto é, portanto, um procedimento que permite a L colocar em seu enunciado (discurso citante) a “fala” da personagem – leão – que se apresenta como locutor (L_1) do discurso citado. Tal emprego “simula restituir as falas citadas e se caracteriza pelo fato de dissociar claramente as duas situações de enunciação: a do discurso citante e a do discurso citado” (MAINGUENEAU, 2002 p. 140).

Em referência à situação social da época em questão, que integra as condições de produção da fábula, torna-se possível estabelecer um paralelo entre a postura do leão perante o rato e as propriedades privadas diante do proletariado. A partir dessa idéia, percebe-se a subordinação do proletariado sob forma de exploração do trabalho por meio das indústrias, situação proveniente da industrialização no Brasil, principalmente na década de 50,

imprimindo as características da sociedade moderna, regida por ideais capitalistas. A respeito desse fato, Rodrigues (1994, p.15) salienta o seguinte:

Os avanços tecnológicos baseados nos novos conhecimentos científicos permitiram intensificar o ritmo de produção e a exploração do trabalho. A quantidade e a variedade dos bens produzidos, cada vez mais, exigiam a expansão dos mercados e do consumo. Os Estados fortaleceram-se enormemente.

A atitude do leão remete à teoria de Althusser ([1985] 2003) acerca dos Aparelhos Repressores de Estado, vez que o leão age preponderantemente através da violência física (mesmo sem descartar a existência, em um menor grau, da ideologia), ao pisar a calda impedindo que o rato possa fugir, bem como mediante a violência verbal, que se apresenta por meio de insultos e ofensas destinadas ao rato. Apesar disso, os valores, mesmo por meio de estruturas repressivas, são levados mediante a ideologia. Tratando o cenário fabular como a representação alegórica da sociedade, torna-se mais evidente a estratégia que se coloca como meio de garantir a sustentação da estrutura social vigente a partir de meios repressivos. A esse respeito, Althusser ([1985] 2003, p.70) frisa o seguinte:

O aparelho (repressivo) do Estado funciona predominantemente através da repressão (inclusive a física) e secundariamente através da ideologia. (Não existe aparelho unicamente repressivo). Exemplos: o Exército e a Polícia funcionam também através de ideologia, tanto para garantir sua própria coesão e reprodução, como para divulgar os “valores” por eles propostos.

Depois que o leão o soltou, no decorrer da fábula, a atitude do rato de correr “o mais que pôde” reafirma o temor do rato em relação ao leão, corrobora a posição de supremacia do capitalismo no cenário social. O operador argumentativo “mas” tem a propriedade de estabelecer uma oposição, uma adversidade, um contraste com a idéia anterior. Ao se colocar na fábula o fragmento “mas, quando já estava a salvo, o rato gritou pro leão”, tem-se a impressão de que o rato, mediante a presença do operador argumentativo “mas”, em oposição à sua reação anterior, que foi a de correr “o mais que pôde”, aproveitaria a oportunidade, já que “estava a salvo” e, portanto, momentaneamente protegido de qualquer represália, para reagir aos insultos do leão. Porém, em uma primeira análise isso não ocorre. Nesse sentido, surpreendentemente o rato diz: “Será que Vossa Excelência poderia escrever isso para mim? Vou me encontrar agora mesmo com uma lesma que eu conheço e quero repetir isso pra ela com as mesmas palavras!”

O que se evidencia no trecho anterior, em relação à polifonia, é mais uma divisão na enunciação em duas instâncias lingüísticas: o L_2 – o rato –, mobilizado mediante o discurso direto, como ser do discurso, responsável pelo ato da enunciação, e o λ , estabelecido como ser no mundo a partir do pronome oblíquo tônico de 1ª pessoa “mim”, bem como pelo pronome reto “eu”, marcado no enunciado. Mais uma vez se configura na fábula a presença do discurso citado, dissociando as situações de enunciação, visto que se tem dessa vez o L_2 .

O tratamento dado pelo rato ao leão, “Vossa Excelência”, revela uma posição, mais que passiva, submissa, o que demonstra que o rato respeita a posição imputada ao leão por natureza, a de “rei dos animais”. Ao pedir para que o leão escrevesse o que foi dito por ele anteriormente “com as mesmas palavras”, evidencia-se que o rato não apenas respeita a posição do leão, mas também tem convicção de seu lugar de insignificância, de inferioridade, de “rato!”. A partir daí, pode-se subentender que o rato, no seu lugar inferior, não se achava competente para se afirmar como possuidor de poder diante do leão, mas, de certa forma, gostaria de ser detentor de algum tipo de poder e sentir-se na posição do leão. Assim, procura reproduzir fielmente o enunciado de um “ser superior” a ele diante de um outro ser que o próprio rato considera inferior: a lesma. O rato, ao contrário da mulher, no plano da interpelação ideológica, constitui-se discursivamente como sujeito distinto do empírico. Dessa forma, caracteriza-se uma ficção discursiva a qual se estabelece na contradição de ser quem se quer – e aqui se faz referência ao inconsciente, situado no plano dos desejos – e, ao mesmo tempo, de se instituir inserto numa determinação ideológica. A formação discursiva na qual, em primeira instância de análise, se assimila, vai ao encontro das determinações da formação ideológica dominante. Na perspectiva de Pêcheux (1995, p.159 – 160), “é a ideologia que, através do ‘hábito’ e do ‘uso’, está designando, ao mesmo tempo, o que é e o que deve ser”. É a partir da instância ideológica, ponto fundamental da constituição do discurso em seu nível material, vez que este se apresenta como “materialidade ideológica”, que o rato se insere no processo de interpelação-identificação e se vê na condição de ocupar um lugar determinado na sociedade, sujeito a suas normas determinadas por instâncias político-jurídicas e ideológicas, o que mascara sua condição e institui ao rato um lugar de “direito “ na sociedade, com o qual este se identifica. O que ocorre nesse fragmento é a ratificação do assujeitamento ideológico que limita o indivíduo e o restringe a apresentar um determinado comportamento. Nesse sentido, passa a ser interesse do Estado inculcar na sociedade a ideologia da pré-determinação, fazer com que todos tenham consciência do lugar pré-determinado mediante os pensadores ou intelectuais da sociedade para evitar que se reivindicuem direitos, já que, dessa forma, a arquitetura social poderia ser comprometida. A partir dessa idéia, considera-se o

assujeitamento ideológico como desenvolvido principalmente pelo senso comum, segundo explicita Chauí (1997, p. 174):

Esse senso comum social, na verdade, é o resultado de uma elaboração intelectual sobre a realidade, feita pelos pensadores ou intelectuais da sociedade (...), que descrevem e explicam o mundo a partir do ponto de vista da classe a que pertencem e que é a classe dominante de sua sociedade. Essa elaboração intelectual incorporada pelo senso comum social é a **ideologia**. Por meio dela, o ponto de vista, as opiniões e as idéias de uma das classes sociais – a dominante e dirigente – tornam-se o ponto de vista e a opinião de todas as classes e de toda a sociedade.

Ao levar em consideração a ocorrência do assujeitamento, ao buscar um alvo para o exercício de poder, subentende-se que o rato quer sair de uma posição de total insignificância, como era visto pelo leão, e marcar sua existência, proporcionar a si próprio algum relevo, identificar-se como ser ativo mesmo que, para isso, tivesse de encontrar um ser que considerasse mais inferior do que ele. Essa atitude marca também a série de conflitos dispersos no ambiente social durante a década de 50, conseqüências do desenvolvimento nos centros urbanos proporcionado principalmente pelo capitalismo. Acerca desses fatos, Rodrigues (1994, p. 33) esclarece: “A concentração de multidões nos grandes centros urbanos tornou-os palcos privilegiados da manifestação dos conflitos sociais que se agravaram com o rápido desenvolvimento alcançado pelo capitalismo no Brasil, durante a década de 50”. Portanto, o que se tentava evitar na referida época eram justamente os protestos, as greves e outros conflitos sociais que acabaram marcando o cenário brasileiro na segunda metade do século XX.

Porém, ao considerar o posicionamento do rato não como um pedido primordial para a sua necessidade de se auto-afirmar perante um ser hierarquicamente inferior a ele, mas como uma forma de escárnio voltado ao leão, modifica-se o desenvolvimento polifônico assimilado ao referido trecho. Há o estabelecimento, nessa ótica, da divisão do sujeito na teoria polifônica de Ducrot em duas instâncias lingüísticas: um locutor λ e o locutor L_2 , a exemplo da primeira análise. Porém, o L_2 mobiliza um enunciador, o E_7 , com o qual não se assimila. Tal posição de sujeitos se dá vez que, nessa segunda possibilidade de leitura, ao levar em consideração a posição de onde fala o autor da fábula e de sua característica irônica, o trecho ganha um caráter não mais de pedido, e sim de deboche, de ironia. Quanto à posição dos sujeitos da polifonia, Ducrot (1987, p.198) explica:

Falar de modo irônico é, para o locutor L, apresentar a enunciação como expressando a posição de um enunciador. Posição de que se sabe por outro lado que o locutor L não assume a responsabilidade, e, mais que isso, que ele a considera absurda. Mesmo sendo dado como o responsável pela enunciação, L não é assimilado a E, origem do ponto de vista expresso na enunciação.

A “tirada” do rato é feita, nesse sentido, não como uma colocação sincera, mas surge na forma irônica. Por isso, o pedido expresso na verdade é de cunho absurdo para ele, já que não pretende obter resposta alguma do leão. Por “querer” que o leão repita a ofensa “com as mesmas palavras” no intuito de que possa dizer as mesmas coisas à lesma, a qual, para o rato, se apresenta como ser mais insignificante que ele próprio, o “mais menos”, gera um efeito de sentido que indica o não afetamento moral do rato pelas ofensas do leão, ser “superior”, que não consegue fazer com que um outro, insignificante, se sinta em sua condição de rebaixamento moral. O rato salienta que há um posicionamento inferior ao dele, no entanto, não se sente afetado pelo leão, o que põe em dúvida uma possível onipotência, vez que, em se tratando do “rei dos animais”, o local soberano em que se encontra deveria lhe instituir a centralização do poder, o que, diante da posição irônica do rato, não ocorre.

A partir dos efeitos de sentidos apresentados, é possível observar que, mesmo em um esquema hierárquico, há relações de força. E é a partir dessa existência que se torna possível observar que o poder encontra-se disperso. Não existe, nesse viés, lugar ocupado em que não se instaure o poder. Na fábula, ao se ter a atitude do rato de querer se afirmar em um local de poder, de ser possuidor deste, contradiz a posição do leão de nele se ter centralizado o poder. Isso se reflete na conjuntura social da época, momento de intenso rebuliço na qual emanam diversas posições ideológicas, a exemplo das apresentadas anteriormente, assinalando os conflitos que permeiam a sociedade brasileira em meados do século XX, e que marcam, a partir dos embates sociais, a dispersão do poder.

A moral da fábula “Afinal ninguém é tão inferior assim” e a submoral “Nem tão superior, por falar nisso” são de responsabilidade do locutor L, o qual se assimila à voz dos contadores de histórias e que, para tanto, se apresenta a partir da perspectiva da voz genérica. Nesse sentido, na moral e na submoral são resgatados L e o ponto de vista a que L se assimila: o E₀. Além disso, os referidos fragmentos resgatam a idéia de poder desenvolvida durante a análise, que marca a luta da mulher, a qual ganha maior relevo com o posicionamento do ideal feminista e o poder das classes dominantes, desenvolvido a partir de um movimento capitalista de produção intensificada e de exploração do trabalho, o que na década de 50 caracterizou a sociedade moderna. Apesar de se ter um valor hierárquico presentificado na

fábula, o qual, mesmo corroído pelas estruturas ideológicas que tendem a combater o processo de assujeitamento desenvolvido pela ideologia dominante, não se desmantela, não passa a ocupar um lugar social inferior ao que se situa, não há centralização do poder. A partir do momento em que uma luta de classes, uma estrutura ideológica é colocada em embate, cristaliza-se a concepção de que em todos os locais de conflito existe a presença do poder.

Diante das questões presentes na fábula, a análise pode ser dividida em dois momentos: o primeiro reitera a luta da mulher para reivindicar seus direitos, descentralizando o poder ao usufruir dele. O segundo resgata a arquitetura social em meados do século XX, moldada mediante o processo de industrialização, que proporciona a caracterização da sociedade moderna, na qual se presentifica o movimento capitalista, de acordo com o ideal de exploração do trabalho e o cerceamento de direitos. Também vai revelar um período de inquietação, marcado por movimentos ideológicos e pelos intensos conflitos na sociedade brasileira. É nesse palco que a ideologia se faz essencial para a emergência dos movimentos que tendem a combater a estrutura social dominante, além de proporcionar estratégias, de outro lado, que visam à manutenção da ideologia vigente através do posicionamento do poder. Dessa forma, constata-se na fábula a retomada do momento social de sua produção e apresenta, em meio às camadas alegóricas, ao jogo de palavras, elementos evidenciadores do contexto sócio-histórico que se mostraram imprescindíveis para a eclosão de movimentos que caracterizaram o período em destaque.

3..2 FÁBULA 2: O RENASCER DOS BELOS SENTIMENTOS UMA VEZ SATISFEITAS AS NECESSIDADES BÁSICAS

O renascer dos belos sentimentos, uma vez satisfeitas as necessidades básicas.¹

Esta pungente história se passou no meio de uma selva, nas areias de um deserto, num velho navio abandonado e sem rumo, em qualquer lugar em que há dificuldades de alimentação e o homem começa a sentir a antrope ou qualquer outra fagia a lhe espicaçar o estômago.

Pois, sozinho e sem se alimentar há vários dias, o homem vinha caminhando no vasto areal (ou selva, ou etc...), seguido apenas de seu fiel cachorro. Lá para as tantas lhe deu, porém, o espicaçar acima enunciado, a fome bateu-lhe às portas da barriga: “pan, pan, pan, ó de casa!” Já batera antes, mas o homem tinha fingido que não ouvia. Naquele momento, porém, não resistiu mais e atendeu à fome. Matou o cachorrinho, única coisa comível num raio de quilômetros. Matou-o, assou-o num fogo improvisado, e comeu-o, todo, todo, com uma fome canina (perdão!). Quando tinha acabado de comer o animal, sentou-se, plenamente satisfeito. E foi então que olhou em torno e começou a chorar: “Ai, ai, ai”, - soluçou – “pobre do Luluzinho! Como ele adoraria roer esses ossos!”

MORAL: QUANDO EU TIVER UMA CASA CONFORTÁVEL, ESCREVEREI UM TRATADO DE SOCIOLOGIA.

1. “Para se exercer as virtudes do espírito é necessário um mínimo de conforto material” (Santo Agostinho). (FERNANDES, [1963] 1999, p. 67)

O título da fábula a ser analisada “O renascer dos belos sentimentos, uma vez satisfeitas as necessidades básicas” apresenta o estabelecimento de uma relação de condição. O prefixo “re”, ao significar **tornar a** na palavra “renascer”, evidencia a perda de um elemento a ser resgatado. Porém, para que o faça, passa a ser necessário que um outro elemento se sobreponha a esse.

A partir da teoria polifônica e argumentativa do semanticista francês Ducrot, é possível observar que, no início do parágrafo, o modalizador “pungente” revela-se como instrumento caracterizador do posicionamento do Locutor L, elucidando, assim, dentro dos conceitos da AD, que o enunciado não é completamente impessoal. Há sempre uma intencionalidade discursiva. Isso porque, a utilização do referido modalizador, e não outro em seu lugar, indica a atribuição de um juízo de valor por parte do locutor, responsável pelo enunciado, em relação à característica da história. O enunciador E₀, de cuja perspectiva L se assimila é a dos “contadores de história”, sugere uma voz genérica, a qual se cristaliza como presente na sociedade e que se incumbe de relatar acontecimentos reais ou imaginários. Essa é a perspectiva que se verifica, por exemplo, em estruturas fabulárias, a exemplo desta. Na seqüência do enunciado, Millôr Fernandes, ao empregar o termo “história”, faz com que o direcionamento textual passe a ter uma característica verossímil, em detrimento da **estória**, termo característico de marca de produções ficcionais.

Na fábula, tem-se o desenvolvimento inicial do parágrafo de introdução, o qual se segue desta forma:

Esta pungente história se passou no meio de uma selva, nas areias de um deserto, num velho navio abandonado e sem rumo, em qualquer lugar em que há dificuldades de alimentação e o homem começa a sentir a antrope ou qualquer outra fagia a lhe espicaçar o estômago.

Nele, evidencia-se que a temporalização e a delimitação espacial tornam-se dispensáveis. Tem-se a figurativização de causa X efeito, pois, só haverá o surgimento dos sentimentos antropofágicos (efeito) no momento em que há fome e dificuldades de alimentação (causa). A antropofagia está sugerida nesse parágrafo mediante um jogo de

palavras segundo o qual ocorre repartida, em “a sentir a **antropo**⁴ ou qualquer outra **fagia**⁴ a lhe espicaçar o estômago”.

O que passa a ter relevância no texto é justamente a situação fisiológica que abate o homem em um determinado momento. O determinante “o” tem por função definir o grupo a que se refere, no caso, o do “homem”, mas, ao mesmo tempo, nesse conjunto acaba por se generalizar o léxico posterior. Dessa forma, “o homem” revela-se como ser genérico e não como ser ímpar, pessoa exclusiva no discurso, clarificando a idéia de que a “história” é suscetível de ocorrer com o ser humano em geral.

Diante dessa constatação, o que ocorre é a afirmação da presença de um processo filosófico-ideológico por detrás da arquitetura figurativa. Tem-se, portanto, no discurso um efeito de sentido que remete à doutrina filosófica determinista, a qual revela o pensamento de que as atitudes do ser humano ante a vida são predeterminadas dentro de uma relação de causa X efeito. Em referência à conceituação do determinismo, Rohmann ([1999] 2000, p.106) explica:

Tese, proveniente de uma interpretação estrita da causalidade, de que toda situação é determinada pela situação precedente e que constitui um elo em uma cadeia inalterável de acontecimentos. Difere da PREDESTINAÇÃO – a idéia de que Deus pré-ordenou a história do mundo e o destino da humanidade – principalmente porque encara o rumo dos acontecimentos como consequência de leis físicas, sociais e comportamentais inconscientes, e não de interferência divina.

O determinismo, em certo momento, passa a ser refutado pelo existencialismo, doutrina que surgiu na Europa, depois da segunda guerra mundial, e tem na figura de Sartre o mais conhecido dos filósofos da existência, o qual prega que o ser humano é livre para fazer suas escolhas já que não há nenhuma essência criadora e ordenadora do mundo. Assim, Sartre apresenta um plano filosófico ateu, tendo como um dos lemas de sua doutrina a citação “A existência precede a essência”. Para caracterizar o significado dessa expressão, Ziller ([1988] 1995, p.59) coloca o seguinte:

O homem primeiro existe, se encontra, emerge no mundo e depois define-se pela própria ação. O homem, como o existencialista o concebe, é indefinível, porque, no começo, não é nada. Torna-se à medida que e como se cria a si mesmo. A vida não possui um sentido que lhe seja previamente dado. Tudo é absurdo. A existência do homem está lançada no nada. A partir do nada, há liberdade absoluta. Não há, pois, natureza humana, porque não há Deus que a proteja. O homem é apenas como se concebe a si

⁴ Grifos meus.

mesmo. O primeiro princípio do existencialismo é: “O homem não é mais que o que ele faz”.

O existencialismo, impulsionado por Sartre, é um dos movimentos filosóficos que ganham importante relevo na década de cinquenta e que se refletem no comportamento social da década posterior, época em que a obra é publicada. A doutrina existencialista surge por volta do século XX, no cenário de conturbação mundial caracterizado pelo ambiente pós-guerra, no qual os valores entram em crise e o homem passa a viver numa época em que sua grandiosidade se vê comprometida.

Na seqüência da fábula “Pois, sozinho e sem se alimentar há vários dias, o homem vinha caminhando no vasto areal (ou selva ou etc...), seguido apenas de seu fiel cachorro”, ratifica-se a não importância de delimitação espacial, pois o que importa na verdade é a situação descrita no texto. O modalizador “fiel” atribui uma condição maior ao cachorro do que a de simples animal irracional. Este passa a ser a mais próxima representação do convívio social, já que se vê sozinho durante algum tempo. A anteposição do adjetivo “fiel” ao substantivo “cachorro” se processa na fábula como estratégia que visa atribuir ao referido fragmento uma idéia de afetividade. Ao tratar do “fiel cachorro”, remete-se também à expressão da voz genérica de que “o cachorro é o melhor amigo do homem”, remetendo à idéia de Bakhtin ([1929], 1997) sobre a heterogeneidade discursiva, aliada à teoria polifônica de Ducrot (1987). Além disso, na sociedade brasileira o cão é visto como símbolo de amizade e de companheirismo.

Diante dessas atribuições, o modalizador “fiel” em um dado momento se faz dispensável, tendo em vista que a fidelidade assinalada é integrante à idéia social de que se tem sobre o cão. Sobre isso, Lexicon (1990, p.44) frisa o ponto de vista de acordo com o qual “a fidelidade proverbial do cão faz dele ainda hoje um símbolo muito difundido da fidelidade”, transcendendo a referida característica simbólica para além da sociedade brasileira. Porém, o que se pretende é enfatizar mais ainda a aludida qualidade atribuída ao cão, situando-o em um patamar acima do que se estabelece aos animais irracionais. A fidelidade do cão, nesse sentido, transcende sua condição de ser irracional, além de tal sentimento ser trabalhado no existencialismo com Gabriel Marcel, que prima pela participação, tomando-o como tema central. Ao contrário de Sartre, Marcel não nega a existência de Deus. Em referência ao existencialismo de Gabriel Marcel, o qual trata da fidelidade, Ziller ([1988] 1995, p.81 – 82) salienta:

Ser fiel significa, antes de mais nada, “eu sou presente para ti”. Se afirmo de alguém, que é amigo fiel, quero dizer que tenho alguém que resiste às circunstâncias da situação. Faz sentir-me que está comigo. Fidelidade é um “ser-com”.

No decorrer da análise, a partir do trecho “Lá pelas tantas deu, porém, o espicaçar acima anunciado, a fome bateu-lhe às portas da barriga: ‘pan, pan, pan, ó de casa!’”, observa-se a iminência de uma situação limite. A passagem onomatopaica, seguida da personificação da fome, torna o discurso lúdico e cômico, pois, dadas as circunstâncias, a situação que seria trágica ganha uma atmosfera humorística, desencadeando a comicidade. Dessa forma, a fome surge como L₁, maquiando um contexto trágico para torná-lo “divertido”, uma das manobras do texto de humor.

Logo depois, L mobiliza o fragmento “Já batera antes, mas o homem tinha fingido que não ouvia”, no qual se faz presente o operador argumentativo “mas”, que busca apresentar a tentativa do homem de racionalmente exercer sua liberdade mediante a possibilidade de escolher o que fazer. Mais adiante, ainda sob a responsabilidade de L, em “Naquele momento, porém, não resistiu mais e atendeu à fome”, constata-se que a luta do homem tivera sido em vão; mais que isso. Agora o operador argumentativo “porém” surge para evidenciar que o homem, em certas circunstâncias, não possui liberdade de escolha, ou seja, é levado a se comportar de uma determinada maneira motivado pela situação dentro de um determinado contexto. Volta-se, portanto, ao posicionamento textual do determinismo através da relação causa X efeito.

Em “matou o cachorrinho, única coisa comível num raio de quilômetros”, L imprime um enunciado no qual há uma situação de inversão de papéis. Quem passa a agir instintivamente é o homem (ser racional), e não o cachorro (ser essencialmente instintivo). Remete-se, assim, ao ideal de um pressuposto teórico do existencialismo, segundo o qual, de acordo com o lema exposto anteriormente, “a existência precede a essência”. Essa existência é, segundo Ziller ([1988] 1995, p.14), “em geral, o modo de ser próprio do homem no mundo, sempre em uma situação determinada ou concreta”. Assim, tem-se por existência o homem em suas ações concretas, atuando e decidindo. O que se pode observar é a configuração de duas formações ideológicas, representadas mediante os seguintes pólos:

HOMEM ↔ DETERMINISMO X CÃO ↔ EXISTENCIALISMO

Portanto, no contexto da fábula, dois posicionamentos são afirmados e, ao mesmo tempo, se contrapõem em uma posição antitética. O homem é levado a agir não mediante sua liberdade, e sim determinado por uma situação de causa X efeito, diferente da postura adotada pelo cão, que não age instintivamente no intuito de saciar a fome. O cão mantém-se firme, mesmo ao passar pela mesma provação que o homem, e resiste às circunstâncias da situação, o que leva a uma analogia ao existencialismo marceliano, vez que, ao levar em consideração o aspecto da fidelidade, o cão se propõe a “ser-com”. O cão, portanto, se apresenta como amigo fiel, exercendo sua condição de escolher “ser-com” em detrimento de se apresentar inserto em uma relação determinista mediante a causalidade.

O sufixo “inho” não vem significar a existência de um pequeno cachorro, “cachorrinho”, mas direciona o discurso no intuito de evidenciar um ser (cachorro) vitimado por outro (homem), colocando este na posição de algoz daquele. A respeito da derivação sufixal, Martins (2003, p.114) salienta a propriedade de o diminutivo na referida derivação poder “expressar, por um lado, a apreciação, o carinho, a delicadeza, a ternura, a humildade, a cortesia, e, por outro lado, a depreciação, o desdém, a irritação, a ironia, a gozação, a hipocrisia”. No caso do léxico “cachorrinho”, apresentado na fábula, a derivação sufixal de diminutivo, mediante o contexto apresentado, exprime o valor afetivo de ternura, de carinho, vez que ao animal é instituída a propriedade representativa de fidelidade ao homem.

No período que se segue “Matou-o, assou-o num fogo improvisado, e comeu-o, todo, todo, com uma fome canina (perdão!)”, mais uma vez se observa a inversão de valores. Ao atribuir ao homem uma “fome canina”, afirma-se que o cão tem uma fome mais voraz do que o homem. No entanto, nesse fragmento o que se vê é a atitude do homem em agir instintivamente para saciar sua fome. Essa é uma atitude atribuída aos animais irracionais, que agem por instinto. Sacramenta-se, portanto, a evidência de que os dois papéis se invertem. A repetição de léxico “todo, todo” intensifica ainda mais a expressão “fome canina”. No final do período, L toma um claro posicionamento (perdão!) indo ao encontro de um dos pressupostos da AD que afirma a presença da pessoalidade mesmo nos discursos tidos como impessoais. Além disso, o posicionamento revela-se irônico, pois seu objetivo principal não é o de se desculpar pelo suposto “ato falho”, e sim evidenciar a ocorrência da aludida expressão, bem como intensificá-la também.

Diante da teoria polifônica de Ducrot, L, responsável pelo enunciado “Perdão!”, é a quem se atribui o sentimento expresso pela exclamação. No entanto, a sensação desse sentimento expresso na declaração do perdão só é possível por alguém que seja um ser do

mundo. O que existe é uma divisão em duas instâncias lingüísticas: L e λ . Diante disso, Ducrot (1987, p.188) salienta:

Direi, pois, que o ser a quem se atribui o sentimento, em uma interjeição, é L, o locutor visto em seu engajamento enunciativo. E é a λ , ao contrário, que pode ser atribuído nos enunciados declarativos, isto é, ao ser do mundo que, entre outras propriedades, tem a de enunciar sua tristeza ou sua alegria.

Porém, no contexto irônico, L mobiliza um enunciador, E_1 , a cuja perspectiva L não se assimila, tomando-a por absurda. Nesse sentido, L não visa declarar sua desculpa, e sim evidenciar a expressão “fome canina” não mais como ato falho, possibilidade discutida anteriormente, mas como um elemento desencadeador do humor *nonsense*, caracterizador de um mundo cruel.

No trecho “Quando tinha acabado de comer o animal, sentou-se, plenamente satisfeito”, a partir do modalizador “plenamente”, visível no trecho pelo qual L é responsável, é possível evidenciar o conforto do homem ao satisfazer suas “necessidades básicas”, ao sucumbir perante uma questão fisiológica. Além disso, o período em si representa o saciar da fome, um momento de êxtase, de plenitude, de relaxamento, de prazer.

Já ao final da narrativa “E foi então que olhou em torno e começou a chorar: Ai, ai, ai,” – soluçou – “pobre do Luluzinho! Como ele adoraria roer esses ossos!”, aparece o L_2 , pela responsabilidade do enunciado, dividindo o espaço com o λ , já que é como ser do mundo que se pode experimentar o sentimento. A repetição da expressão “Ai” expressa a profunda tristeza pela qual o homem está passando, juntamente com a continuação “pobre do luluzinho”. Mais uma vez se evidencia a derivação sufixal de diminutivo. De acordo com Martins (2003, p.115), “com palavras que exprimem algo lamentável, triste, o diminutivo acrescenta a conotação de dó, simpatia (pobrezinho, doentinho, desgraçadinho, etc)”. Apesar de a derivação sufixal “luluzinho” não exprimir, por si só, tristeza, o referido efeito semântico torna-se possível pela presença do léxico “pobre”, na frase “pobre do luluzinho”.

Dessa forma, o referido fragmento suscita, em primeira instância, seu arrependimento por ter sacrificado seu “fiel amigo” diante de uma situação limite. Ironicamente essa análise acaba por desmantelar-se ao L_2 mobilizar o E_2 absurdo, a que não se assimila, e se pronunciar com o seguinte discurso: “pobre do Luluzinho! Como ele adoraria roer esses ossos!”. A partir daí fica evidenciada a ausência do remorso pela atitude praticada, bem como a presentificação da arquitetura irônica a que se imprime na fábula. Nesse contexto, há vontade de dar os ossos que, mais uma vez, ironicamente, são do cão para que ele próprio pudesse roer, não sendo isso

possível por razões óbvias. A sensação de culpa inexistente pelo fato de o comportamento ter sido movido pela situação limite, numa “pré-determinação” do ser humano a se comportar do referido modo. Afinal de contas, o homem não procura expor um possível arrependimento por ter matado e comido “todo, todo” seu fiel amigo.

O estabelecimento da “condição para” contida no decorrer das entrelinhas textuais reaparece na moral explicitada na fábula: “Quando eu tiver uma casa bem confortável, escreverei um tratado de sociologia”. Tem-se, nesse momento, a configuração da polifonia no nível do locutor. Assim, L, responsável pelo enunciado, que se coloca na perspectiva da história fabular, divide o espaço enunciativo com λ , o ser do mundo, caracterizado pela presença do pronome “eu”, de 1ª pessoa. Diante da situação descrita no trecho, o ser humano voltará sua atenção ao outro quando tiver satisfeito suas necessidades, priorizando-se. A idéia de altruísmo, portanto, só pode ser exercida dentro de um plano particular de vida satisfatório. As necessidades humanas tornam, assim, o homem um predador por essência, expondo o ideal da cadeia alimentar na qual o mais forte nutre-se do mais fraco por questão de sobrevivência, numa predeterminação comportamental.

Ao tomar a moral como a condensação das idéias apresentadas no decorrer da narrativa, põe-se, então, a questão antropofágica que permeia o discurso. No momento em que o homem come o cão, essa ação passa a remeter ao canibalismo, já que o cachorro era mais que um simples animal irracional: era seu “fiel” companheiro. Além disso, o cão – como foi explicitado anteriormente – é a representação social mais próxima, já que o acompanhava intermitentemente, submetido às mesmas provações do homem. Mesmo assim, não age por instinto, não busca saciar suas necessidades fisiológicas, remetendo a um posicionamento racional em detrimento da atitude do homem. Logo, acentua-se ainda mais a relação de inversão de valores:

HOMEM → SER INSTINTIVO

CÃO → SER RACIONAL

Ao final da composição, tem-se uma citação de pé de página relacionada ao título: “Para exercer as virtudes do espírito é necessário um mínimo de conforto material.” (Santo Agostinho)”. Sintetiza-se, assim, a necessidade do homem de satisfazer-se materialmente antes de agir com altruísmo, ou seja, antes de poder exercitar a condição de expressão dos sentimentos mais sublimes do ser humano. Essa citação também ratifica, ao levá-la em consideração no contexto geral da fábula, a posição que Santo Agostinho, filósofo que viveu de 354 a 430 d.C., tem acerca da natureza humana, o qual a toma como extremamente complexa (cf. COLLINSON, 2004, p.54). No plano polifônico, presentifica-se, nesse

enunciado, o L₃, que surge, portanto, para reiterar o sentido da desconstrução moral da fábula clássica, um dos pontos em comum nas produções fabulares millorianas.

Além de toda arquitetura filosófico-ideológica contida na fábula, é possível evidenciar, através de um processo analógico, a presença marcante do capitalismo. Tem-se, assim, a figuração do homem como as empresas privadas e do cão como a classe operária. A partir da década de 50, a industrialização se expande consideravelmente e passa a ser meta de desenvolvimento da política econômica brasileira. Com o proliferamento de indústrias nas grandes cidades, ocorre a migração principalmente da população rural em busca de emprego. Esse crescimento exacerbado faz com que aumente o desemprego nas cidades. A esse respeito, Casalecchi (2002, p.45) ratifica:

Até a década de 1940, 75% da população brasileira era classificada como rural. No final da década de 1960, 52% da população era urbana. Entre 1940 e 1970 essa população quadruplicou como consequência dos deslocamentos do campo para as cidades, das migrações periféricas para o Centro-Sul. O crescimento vegetativo da população passa de 52 para 70 milhões de habitantes entre 1950 e 1960. Como as taxas de crescimento da população são maiores do que as taxas de oferta de emprego, passa a existir nos grandes centros industriais um significativo contingente de desempregados e subempregados que comumente para lá se desloca em busca de sobrevivência.

Dessa forma, o homem passa a representar o capitalismo, tendo como alvo principal a concentração do capital, a predominância do lucro. O cão, como classe operária, passa a ser vítima do capitalismo mediante a exploração marcante do referido regime social.

A dissidência das classes sociais passa a influenciar o comportamento do ser humano. Observa-se, assim, a atitude “inevitável” do homem para “estar satisfeito” e a subordinação do cão que, mesmo sendo “fiel”, apresentando a figuração do “fiel empregado”, é explorado pelo homem, é consumido pelo capitalismo.

É possível, ainda, se pensar em uma afirmação de poder e de submetimento da classe operária diante das empresas privadas, impulsionada através da avidez pelo desenvolvimento capitalista. Diante dessa perspectiva, a teoria de Althusser acerca dos Aparelhos Ideológicos de Estado torna-se, aparentemente, presente no texto. A figurativização do cão apresenta-o como alvo dos mecanismos de exploração, desprovido de qualquer tipo de poder, já que esse se encontra totalmente centralizado no “homem”, na instituição privada.

Porém, em outras abordagens, é possível se estabelecer dois paralelos entre o homem e o cão, observando-se uma relação de forças na qual prepondera a satisfação do homem ante a vida do cão. Assim, em toda relação de forças há um jogo de poder. É justamente o

funcionamento conjunto do mesmo e do outro que possibilita a presença marcante do poder. A exploração do homem sobre o cão se dá dentro dessa relação. Por conseguinte, se não houvesse cão, não haveria afirmação de poder por parte do homem. Sendo assim, este só pode consumir, explorar, por causa da existência daquele.

Já, ao observar o homem inserto em seu meio também passa a ser possível perceber a cristalização de um comportamento que transforma a sociedade em um território conflituoso no qual prepondera uma espécie de lei de seleção natural, sendo o proletariado aviltado pelo “capitalismo selvagem”. O mais forte (homem) devora o mais fraco (cão), marcando, assim, a hegemonia mercadológica, neomercantilista e opressora dentro do cenário social.

O que se pode observar, dessa forma, na fábula intitulada “O renascer dos belos sentimentos, uma vez satisfeitas as necessidades básicas” é justamente a influência de algumas correntes filosóficas vigentes em meio à década de 50, presentificadas na produção textual. Além disso, com a realização do processo de desfigurativização, alguns elementos sociais, tais como a disposição de empresas privadas perante a classe operária, apesar de relacionados a meados do séc. XX, ainda se apresentam atuais, calcados nas aspirações capitalistas, na diferença de classes e sustentados por três pilares básicos: pela sociedade, pela história e pela ideologia. Assim, é possível evidenciar que a influência do contexto sócio-histórico na produção textual não é simplesmente um elemento de análise do *corpus*, e sim, dele constitutivo. Portanto, transpõe-se arraigado às amarras discursivas, as quais carregam efeitos de sentido em seus meandros, numa “co-relação” traçada dentro de um amálgama que compreende não apenas o lingüístico, mas também o extralingüístico, em postura de completude mútua e fundamental para a existência da aludida produção fabulária.

3.3 FÁBULA 3: A GALINHA REIVINDICATIVA

A Galinha Reivindicativa Ou the hen's liberation

Em certo dia de data incerta, um galo velho e uma galinha nova encontraram-se no fundo de um quintal e, entre uma bicada e outra, trocaram impressões sobre como o mundo estava mudado. O galo, porém, fez questão de frisar que sempre vivera bem, tivera muitas galinhas em sua vida sentimental e agora, velho e cansado, esperava calmamente o fim de seus dias.

- Ainda bem que você está satisfeito – disse a galinha. – E tem razão de estar, pois é galo. Mas eu, galinha, fêmea da espécie, posso estar satisfeita? Não posso. Todos os dias pôr ovos, todo semestre chocar ovos, criar pintos, isso é vida? Mas agora a coisa vai mudar. Pode estar certo de que vou levar uma vida de galo, livre e feliz. Há já seis meses que não choco e há uma

semana que não ponho ovo. A patroa se quiser que arranje outra para esses ofícios. Comigo não, violão!

O velho galo ia ponderar filosoficamente que galo é galo e galinha é galinha e que cada ser tem sua função específica na vida, quando a cozinheira, sorratamente, passou a mão no pescoço da dodivanas e saiu com ela esperneando, dizendo bem alto: “A patroa tem razão: galinha que não choca nem põe ovo só serve mesmo é pra panela”.

MORAL: UM TRABALHO POR JORNADA MANTÉM A FACA AFASTADA

(FERNANDES, [1963] 1999, p. 22).

A fábula teve sua apresentação em um momento de reivindicações – como pode ser observado no título –, no qual se destaca a luta da mulher pelos seus direitos, pela busca em desmantelar uma ideologia machista, pela sua afirmação enquanto ser social. Em “A Galinha Reivindicativa”, pode ser observada a situação feminina no referido momento histórico. O sujeito galinha representa, em sua simbologia, a dimensão arraigadora, o ser prosaico impregnado de limitações, circunscrito a um espaço pré-determinado decorrente de sua condição existencial. Tomando a galinha como uma metáfora da condição humana, Boff ([1997] 2003, p.167 – 168) traça o arquétipo⁵ no qual se encontra inserida:

A galinha expressa a situação humana no seu cotidiano, no círculo da vida privada, nos afazeres domésticos e tradições culturais, na dimensão inevitável de limitações e de sombras que marcam a vida, numa palavra, em sua imanência.

No momento em que se estabelece uma visão representativa da sociedade e nela a situação da mulher, vê-se o assujeitamento a partir do qual a classe feminina se insere em uma posição social ideologicamente determinada muitas vezes, de acordo com uma concepção althusseriana, mediante a influência dos Aparelhos Ideológicos de Estado (ARE). No intuito de salientar a presença desses Aparelhos no ambiente social, Althusser ([1985] 2003, p.70) faz a seguinte observação acerca dos ARE:

Devemos dizer que os Aparelhos Ideológicos de Estado funcionam principalmente através da ideologia, e secundariamente através da repressão seja ela bastante atenuada, dissimulada, ou mesmo simbólica. (Não existe aparelho puramente ideológico). Desta forma, a Escola, as Igrejas “moldam” por métodos próprios de sanções, exclusões, seleção etc... não apenas seus funcionários mas também suas ovelhas. E assim a Família... Assim o aparelho IE cultural (a censura, para mencionar apenas ela) etc.

⁵ “padrões de comportamento que existem no inconsciente coletivo, desde a mais remota ancestralidade. Figuras e símbolos que representam valores universais, presentes nas várias culturas” (BOFF [1997] 2003, p.186).

No entanto, ao receber o modalizador “Reivindicativa” passa a estabelecer-se uma ruptura ante o paradigma ideológico até então procedente, passando a articular-se uma outra forma de significação no ambiente social. Traduz-se, então, a eclosão de um movimento sociopolítico originado na Inglaterra e nos Estados Unidos no século XIX, que ressurgiu com profusão de sectários entre as décadas de 50 e 60. É como referência ao local no qual o movimento feminista nasce que é posto o subtítulo em inglês *the hen’s liberation*.⁶

Logo no início da fábula, diante do fragmento “Em certo dia”, dá-se a ocorrência do locutor L, responsável pelo enunciado e que mobiliza um enunciador, o E₀, do qual assimila a perspectiva. O E₀ retoma o ponto de vista genérico, vez que, ao evidenciar o fragmento “em certo dia”, resgata o enunciado “Era uma vez”, o qual marca a representação das **estórias** e é apreendida socialmente, fazendo parte, portanto, do senso comum. Em se tratando de uma época de transição, torna-se importante aclarar que toda mudança dentro de um determinado contexto social implica embate ideológico, no qual em uma arena virtual várias “vozes” digladiam. Portanto, passa a ser efetivamente passível de dissidências, de oposições. A partir dessa idéia constata-se o proficiente jogo de palavras com o qual o locutor L articula o primeiro período da fábula. Inicialmente, observa-se a utilização de dois léxicos aparentemente antonímicos: certo X incerto. Observados no contexto em que foram empregados, causam uma falsa impressão de oposição semântica. Passa-se, então, a receber um valor sinonímico, já que formam expressões nas quais há uma impossibilidade de obter exatidão temporal. Não se pode identificar especificamente a que dia e a que data é referida a estória marcada na fábula.

No segmento do período, concomitantemente é estabelecida uma posição antagônica. A sobreposição respectiva de um elemento opositivo às expressões antecedentes denota a estreita relação com os acontecimentos sociais, com suas contradições e conturbações próprias de um período em transição. Na figurativização “um galo velho e uma galinha nova” ocorre o estabelecimento de duas situações: uma situação velha e uma situação nova.

A primeira representa o conservadorismo, a ideologia machista, a qual prepondera naquele momento. Essa, por sua vez, estabelece parâmetros de conduta social que têm por base a tradição oriunda de um encadeamento ideológico elaborado por uma elite intelectual formada pelos “pensadores da sociedade”. Estabelecem-se, a partir dessa ótica, distinções de direitos e deveres entre os elementos compositores de uma camada social. A tabela a seguir

⁶ Tradução: “A liberação da galinha”.

evidencia algumas distinções, partindo da visão identificada na representação da situação antiga da sociedade entre o ser masculino e o feminino:

HOMEM	MULHER
Oportunidade de busca profissional	Pré-determinação de ocupação doméstica
Patriarca	Mãe
Detentor do sustento familiar	Criação da prole
Permissão para a poligamia informal	Monogamia
Liberdade	Cerceamento
Direitos e deveres	Menos direitos que deveres

A segunda representa o surgimento de uma nova posição ideológica que vai de encontro às postulações das tradições patriarcais. O feminismo irrompe no cenário social abalando os pilares conservadoristas para lutar por um novo papel comportamental da mulher ante a sociedade. A tabela abaixo procura reproduzir de forma sucinta as principais aspirações do movimento feminista:

FEMINISMO
Igualdade de direitos
Oportunidades iguais na educação e no trabalho
Liberdade sexual e de reprodução
Participação ativa na vida política e social

Na fábula, o quintal representa o local restrito no qual a “galinha” vive prosaicamente. Ao se encontrarem “no fundo do quintal”, constata-se que o espaço se torna ainda mais circunscrito. A figurativização passa a idéia de que a conversa entre a galinha e o galo sobre “como o mundo está mudado” ocorre em um local onde há alimentos, os quais estão sendo consumidos, já que os sujeitos se encontram “entre uma bicada e outra”. Ironicamente, o ambiente sugerido é a cozinha, espaço que, diante do pensamento social patriarcal, é da alçada

feminina, o que remete ao adágio popular ideologicamente machista de que “lugar de mulher é na cozinha”.

No momento em que se observa a presença de uma voz genérica, uma enunciação de caráter social, marcadora dos conceitos presentes na época em que foi produzida / propagada, remete-se, assim, ao conceito de não-unicidade do sujeito, estruturada por Ducrot (1987) em sua teoria polifônica da linguagem. O senso comum, portanto, surge regulado pelos Aparelhos Ideológicos que, por sua vez, junto à voz genérica, serão responsáveis pela articulação do interdiscurso. Observa-se, então, uma interação entre formas discursivas as quais irão dar lugar a um novo, evidenciando que a todo discurso dá-se, em seu interior, a presença de outros, formando um ciclo discursivo.

Logo depois de trocarem impressões sobre as mudanças do mundo, o galo, Enunciador $1 - E_1 -$, faz questão de destacar que, do modo como estava, para ele nada havia sido ruim. Tal conclusão constata-se através do seguinte discurso indireto: “O galo, porém, fez questão de frisar que sempre vivera bem, tivera muitas galinhas na sua vida sentimental e agora, velho e cansado, esperava calmamente o fim de seus dias”. Nota-se, dessa forma, a presença da polifonia. De um lado, tem-se a voz genérica, a voz de um grupo ideológico evidenciando, sob a égide de uma posição interdiscursiva, suas idéias, suas crenças, suas convicções, elementos que orientam determinadas ações de um grupo social. Esse posicionamento é observado diante da caracterização do L, sendo este o responsável pela elaboração da referida paráfrase social. De outro lado, evidencia-se uma situação metafórica pelo posicionamento ideológico do personagem que, sendo “galo”, desencadeia um processo isotópico, o qual, por sua vez, se desenvolve no âmbito da presente figurativização do aludido grupo social. A presença do discurso indireto faz com que haja uma aproximação subjetiva do posicionamento do L no momento em que mobiliza em seu discurso a perspectiva do E_1 , evidenciando as duas formas de caracterização do sujeito na teoria polifônica da enunciação.

O emprego do operador argumentativo “porém” ratifica o estado satisfatório do sujeito (galo) com a antiga situação. Por tudo sempre correr bem em sua vida, não havia motivos para maiores preocupações que visassem a uma modificação estrutural na sociedade. Portanto, esperava “tranqüilamente” a morte com a doce certeza de ter aproveitado bastante a vida. A exemplificação que ratifica a passagem feliz pela vida é uma forma de afirmação da liberação sexual masculina, um dos itens reivindicados pelo movimento feminista marcando a busca das mulheres pelos direitos iguais.

No trecho em que a galinha passa a expor sua insatisfação, na forma de discurso direto, por não levar uma vida de galo, o sujeito referente à teoria de Ducrot apresenta-se

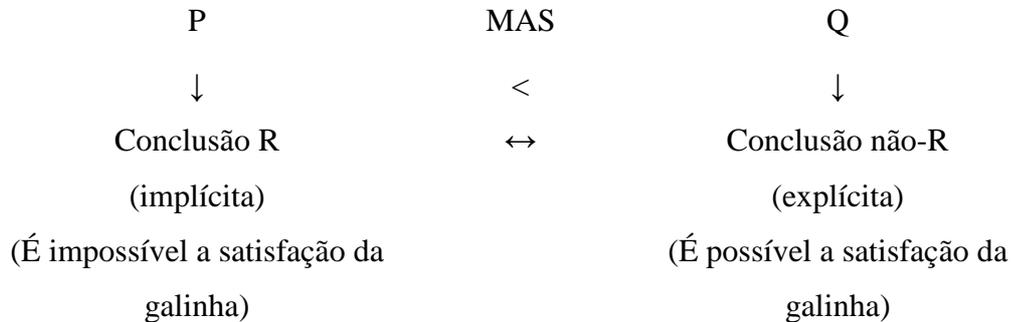
como cindido nas seguintes instâncias lingüísticas: L_1 , o responsável pela enunciação, e o λ , o ser no mundo caracterizado pela marca de primeira pessoa “eu”. No entanto, ao desenvolver, no primeiro momento do discurso direto, o enunciado “Ainda bem que você está satisfeito”, a expressão “Ainda bem” apresenta-se imiscuída de ironia, vez que passa a significar o sentido contrário. Nesse sentido, λ , ser no mundo que, “entre outras propriedades, tem a de enunciar sua tristeza ou sua alegria” (DUCROT, 1987, p.188), na realidade não está satisfeito com a situação em que se encontra o galo, vez que o identifica como ser situado em um lugar privilegiado, em detrimento ao seu. Assim, ao enunciar “Ainda bem”, na realidade se quer, ao contrário, demonstrar que está “Tudo mal”. É mediante o desenvolvimento irônico imprimido ao trecho citado que, nesse momento, L_1 mobiliza o E_2 , ponto de vista do enunciado apresentado, ao qual L_1 não se assimila. Na verdade, L_1 tem o enunciado como absurdo, e por isso mobiliza o E_2 para que possa se responsabilizar pelo enunciado e, ao mesmo tempo, não se assimilar a este. É dessa forma que se dá o efeito da ironia na teoria polifônica de Ducrot. Em seguida, há o complemento do enunciado que aponta justamente para a diferença sexual como o principal responsável por sua situação. Ao dizer “Mas eu, galinha, fêmea da espécie, posso estar satisfeita? Não posso”, pode-se observar que não bastou dizer “galinha”, mas sentiu necessidade de ratificar - “fêmea da espécie” - sua posição de sexo feminino. A fase da alienação social pela ideologia dominante está sendo sucumbida pela insatisfação da mulher com a situação que lhe é, na época em questão, atribuída pela sociedade. Não existe mais motivação para que a vida se restrinja a cuidar da casa e dos filhos. A mulher não se vê satisfeita no lugar social em que se encontra e passa a almejar mais, a lutar pelo direito de viver como “galo, livre e feliz”.

Em relação ao operador argumentativo **mas**, Maingueneau (2005, p.28) destaca a propriedade de apresentar ao destinatário um conjunto de instruções para que a interpretação seja efetivada, salientando a seguinte orientação:

Na seqüência de proposições P MAS Q (em que P e Q representam duas proposições quaisquer) procure uma conclusão R tal que P seja um argumento para R; procure, também, uma conclusão não-R tal que Q seja um argumento em favor de não-R, apresentado como mais forte que a conclusão R.

Nesse sentido, a conclusão R da insatisfação da galinha se presentifica de forma menos forte que a conclusão não-R, a qual destaca a possibilidade de satisfação da galinha. Segundo o esquema traçado em Maingueneau (2005, p.28), esse conjunto de instruções

mobilizado pelo operador argumentativo **mas** pode ser representado no referido trecho fabular da seguinte maneira:



em que < = “ser um argumento menos forte”

→ = “ser um argumento em favor de”

↔ = “ser contraditório com”

A atitude da galinha, de reivindicar, remete, em sintonia com o período em questão, ao rebuliço social marcado principalmente pelas crescentes greves nessa época em que os operários clamam por direitos e melhores salários, junto à excessiva filiação por parte do operariado a sindicatos. Assim, Casalecchi (2002, p.73) salienta:

Entre 1945 e 1947, ao mesmo tempo em que há uma intensa filiação sindical, surge também um surto grevista. Só nos dois primeiros meses de 1946, ocorreram sessenta greves. A partir da década de 1950, há um crescente movimento paredista. Em 1951, ocorreram 173 greves com a participação de 364 mil trabalhadores envolvendo 548 empresas; ao passo que em 1952, 264 greves foram deflagradas, envolvendo 411 mil operários, em 922 empresas. Em 1953 é preciso destacar a greve dos 300 mil, realizada em São Paulo, Sorocaba Taubaté, Santos, São Caetano, Santo André, Ribeirão Preto, e abrangendo operários da indústria têxtil, metalúrgica, vidreira, gráfica, construção civil.

A insatisfação da galinha culmina em uma negação da obrigatoriedade de viver como tal. Então, ela deixa de chocar e de pôr ovos, deixa de exercer a função que lhe foi biologicamente estabelecida com o objetivo de conquistar a liberdade. Para se eximir de qualquer responsabilidade, enuncia: “A patroa se quiser que arranje outra para esses ofícios. Comigo, não, violão!” O lugar histórico de uma patroa é o de alguém que manda, que ordena, que delega funções. A figurativização da patroa na fábula representa a sociedade, a qual determina os padrões de conduta às pessoas que a compõem, instituindo, dentro de suas leis e de seus objetivos, o que é certo e o que é errado, o que deve ou não ser feito. Na frase

“Comigo não, violão!”, tem-se uma expressão popular muito utilizada em meados do século XX, o que marca o momento histórico da produção discursiva.

Durante o posicionamento da galinha, cristaliza-se a exposição ideológica por meio do discurso direto. É nele que se dilata o critério de subjetividade textual, já que mantém seus traços subjetivos (interrogações, exclamações, expressões de desejo). Assim, o L passa a ser um intermediário por apresentar a “reprodução fiel” do discurso do L₁ que também se configura como λ . O discurso direto, portanto, promove o afastamento do L, locutor que tem a propriedade de ser responsável pelo texto de forma global e que, no discurso direto, abre espaço para o direcionamento da responsabilidade desse discurso ao L₁. No entanto, não se pode eximi-lo de um grau, ainda que inferior, de subjetividade, pois, a partir do momento em que há um critério de escolha ao inserir um enunciado, mesmo em se tratando de discurso direto, há um posicionamento, há uma atitude subjetiva (cf. MARTINS, 1989, p.186). Dessa forma, marca-se no texto a polifonia no nível do locutor.

No último parágrafo que se segue, o galo – E₁ – “ia ponderar filosoficamente que galo é galo e galinha é galinha e cada ser tem sua função específica na vida”. Munido de argumentos sócio-filosóficos, o galo iria procurar dissuadir a galinha a partir de uma visão machista sobre a questão existencial pré-estabelecida dos seres masculinos e dos seres femininos, discurso já há muito tempo existente no ambiente social, utilizado sob forma de segregação ideológica como meio de manter o comportamento social dentro dos padrões idealizados. A argumentação do galo remete ao que Marilena Chauí caracteriza como “alienação social”, responsável pela vivacidade hegemônica das leis de organização social implementadas pela classe dominante a partir de uma “elaboração intelectual”, que se configura como a ideologia.

A alienação social se exprime numa ‘teoria’ do conhecimento espontânea, formando o senso comum da sociedade. Por seu intermédio, são imaginadas explicações e justificativas para a realidade tal como é diretamente percebida e vivida. (...)

Esse senso comum social, na verdade, é o resultado de uma elaboração intelectual sobre a realidade, feita pelos pensadores ou intelectuais da sociedade (...), que descrevem e explicam o mundo a partir do ponto de vista da classe a que pertencem e que é a classe dominante de sua sociedade. Essa elaboração intelectual incorporada pelo senso comum social é a **ideologia**. Por meio dela, o ponto de vista, as opiniões e as idéias de uma das classes sociais – a dominante e dirigente – tornam-se o ponto de vista e a opinião de todas as classes e de toda a sociedade (CHAUI, 1997, p. 174).

Na seqüência do período, L mobiliza o seguinte trecho: “quando a cozinheira, sorratamente, passou a mão no pescoço da doidivanas e saiu com ela esperneando, dizendo bem alto: ‘A patroa tem razão: galinha que não choca nem põe ovo só serve mesmo é pra panela’”. A polifonia, quanto ao discurso direto, o qual marca a fala da cozinheira, estabelece a presença do L₂, a quem é imputada a responsabilidade pelo enunciado. Além disso, o trecho que engloba tanto o discurso indireto quanto o direto surge como exemplo para o conceito do que vem a ser formação social e ideologia, sob a égide das postulações de Althusser. Dentro desse conceito, são estabelecidas diferenças entre os Aparelhos Repressores – ARE – e Aparelhos Ideológicos – AIE.

O comportamento da cozinheira para com a galinha pode ser claramente entendido no ensaio de Althusser ([1985] 2003) acerca da relação estabelecida entre os Aparelhos Repressores de Estado (ARE) e os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), como se pode observar na seqüência:

O papel do aparelho repressivo do Estado consiste essencialmente, como aparelho repressivo, em garantir pela força (física ou não) as condições políticas da reprodução das relações de produção, que são em última instância relações de exploração. Não apenas o aparelho de Estado contribui para sua própria reprodução (existem no Estado capitalista as dinastias políticas, as dinastias militares etc.) mas também, e sobretudo o Aparelho de Estado assegura pela repressão (da força física mais brutal às simples ordens e proibições administrativas, à censura explícita ou implícita, etc.) as condições políticas do exercício dos Aparelhos Ideológicos do Estado (ALTHUSSER, [1985] 2003, p. 74).

Portanto, os ARE agem primeiramente através da violência, enquanto que os AIE, figurativizados pela patroa, aparecem motivados pela ideologia. A cozinheira se assimila aos ARE, censurando, com base nos AIE, o comportamento da galinha, a qual, por sua vez, se encontra impedida de proclamar uma ideologia destoante da afirmada pela classe dominante e inserta no contexto social. Os AIE apresentam-se, nesse contexto, propensos a agir de forma incisiva no que tange o aspecto cultural, mediante a censura. O modo de imposição ao cerceamento da liberdade, mesmo através de determinações do Estado, não deixa de ser um exercício da violência, o que evidencia a relação existente entre a violência e os AIE. Assim, tem-se a violência e a ideologia como elementos constitutivos, em diferentes graus de intensidade, dos ARE e dos AIE.

A moral existente no final do texto “Um trabalho por jornada mantém a faca afastada”, que é de responsabilidade de L, ao se apresentar na perspectiva estrutural dos discursos fabulares, reiterando a moralidade da narrativa a partir do *epimitio*, sintetiza a presença das ideologias impregnadas na fábula. Entre elas, além da machista, da capitalista, pode ser identificada nesse trecho principalmente a ideologia repressora, a qual perdurou por décadas na sociedade brasileira, principalmente no período ditatorial cuja essência já se fazia presente há algum tempo, preparando a sociedade para a decretação de um Estado ditatorial, o qual prima pela censura e se vê estruturado principalmente sob a égide de estruturas repressivas. Ao desfigurativizar a aludida citação, tem-se a idéia de que é necessário ir ao encontro das doutrinas vigentes dia a dia, corriqueiramente, no intuito de “manter a faca afastada”, ou seja, de evitar represálias, consequência evidente de qualquer tipo de transgressão ao modelo de conduta, à alienação social, enfim, a qualquer movimento reacionário que possa desmontar as estruturas ideológicas basilares existentes no referido momento histórico.

3.4 FÁBULA 4: A GALINHA DOS OVOS DE OURO

A galinha dos ovos de ouro

Era uma vez um homem que tinha uma Galinha. Subitamente, em dia inesperado, a Galinha pôs um ovo de ouro. Ouro! Outro dia, outro ovo. Outro ovo de ouro! O homem mal podia dormir. Esperava todas as manhãs pelo ovo de ouro – clara, gema, gala, tudo de ouro! – que o tirava da miséria aos poucos, e aos poucos o ia guindando ao milionarismo. O fato, que antigamente poderia passar despercebido, na data de hoje atraía verdadeiras multidões. Rádios, jornais, televisão, tudo entrevistava o homem, pedindo-lhe impressões, querendo saber detalhes de como acontecera o espantoso acontecimento. E a Galinha, também, ia dando aqui e ali seus *shows* diante dos jornais, câmaras, microfones. Certa vez até, num esforço de reportagem, conseguiu pôr um ovo diante da câmara da TV Tupi. Porém o tempo passou e muito antes que o homem conseguisse ficar rico, a Galinha deixou de botar ovos de ouro. Desesperado, o homem foi ocultando o fato, até que, certo dia, não se contendo mais abriu a galinha para apanhar os ovos que ela tivesse lá dentro. Para sua decepção não havia mais nenhum.

Então o homem – espírito bem moderno – resolveu explorar o nome que lhe ficara do acontecimento e abriu um enorme restaurante, com o sugestivo nome de Aos Ovos de Ouro. E isso lhe deu muito mais dinheiro do que a Galinha propriamente dita.

MORAL: CRIA GALINHAS E DEITA-TE NO NINHO
(FERNANDES, [1963] 1999, p. 89 e 90).

A partir do título, “A galinha dos ovos de ouro”, um sentido de prestígio, de poder, de posse da riqueza emana ao levar em consideração o valor dado ao ouro no seio da sociedade brasileira, já que muitos homens tiveram, por aspiração a possuí-lo, suas vidas perdidas na

corrida em busca desse sonho precioso. A representação do ouro tornou-se índice de riqueza e de poder para uma nação, principalmente no século XVI. Nessa época, o ouro e a prata eram as respostas para permitir que uma nação tivesse madeira necessária para fazer navios, ou cereais para alimentar os famintos, ou um grande exército para vencer as batalhas (cf. HUBERMAN, 1979, p.130). Como se vê, a importância dada ao ouro está presente muito antes do século XX, mas continua cristalizada na sociedade da referida época. Além disso, metaforicamente este representa a riqueza, o dinheiro, instrumento básico para sobreviver dentro de uma sociedade ideologicamente marcada pelo capitalismo.

À expressão “A galinha dos ovos de ouro” imprime-se um efeito de sentido segundo o qual apresenta uma oportunidade de se suceder bem ao tirar proveito de algo. Tal efeito faz-se possível já que essa é uma expressão de domínio público na sociedade brasileira, e se adequa perfeitamente ao contexto da época em questão, na qual o sistema capitalista se impulsiona cada vez mais. Como reflexo, tem-se o deslocamento intenso da comunidade rural para as grandes cidades, no intuito de se beneficiar com o desenvolvimento de empresas privadas e com a proliferação do sistema industrial. Uma das conseqüências dessa situação é a ocorrência de um contingente de desempregados e, conseqüentemente, o aumento das desigualdades sociais. O ambiente de desigualdades sociais, de insatisfação também é o da luta de classes. Nesse cenário, além de todas essas mudanças com o advento do capitalismo, há uma atmosfera de tentativa de expansão dos domínios democráticos. No entanto, no decorrer da época em questão, com o rebuliço social acentuado cada vez mais, motivado pela situação do Estado, algum tempo depois, apesar da luta democrática, a ditadura militar é outorgada como mera formalização, já que seu reflexo encontra-se visível há décadas. Sobre essa questão de luta pela democracia, Casalecchi (2002, p.9) salienta:

Pode-se dizer que o período entre 1945 e 1964, conhecido como República Liberal, República Populista ou Quarta República, inicia-se com ampla mobilização de forças democráticas e liberais contra a ordem autoritária do Estado Novo, e encerra-se com o Golpe Militar que procurou impedir a crescente mobilização popular que pretendia ampliar os limites de uma democracia ainda restrita.

Este é o espaço, como já explicitou Althusser em seu ensaio sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado, em que o Estado encontra sentido existencial, é nesta “arena social”, dada a porfia de classes antagônicas.

Com efeito, o Estado e seus Aparelhos só têm sentido do ponto de vista da luta de classes, enquanto aparelho da luta de classes mantenedor da opressão de classe e das condições de exploração e sua reprodução. Não há a luta de classes sem classes antagônicas. Quem diz luta de classe da classe dominante diz resistência, revolta e luta de classe da classe dominada. (ALTHUSSER, 2003, p. 106).

A questão de posse da riqueza é extraída ao analisar o sujeito Galinha em sua posição arraigadora, limitada, ao se colocar a oposição já descrita por Leonardo Boff em seu livro *A águia e a galinha: Galinha X Águia*. Assim, a águia torna-se responsável pelos sonhos, pelos planos de vida, por “voar”, ir além do horizonte, transcender, enquanto a galinha permanece firme, com os pés no chão, limitada a um espaço circunscrito (quintal), impedida de transcender pela sua condição, pela sua essência, por sua própria natureza. Essa limitação implica, muitas vezes, em segregação, em tornar-se “ser-possuído”, motivado pela aparente impossibilidade natural de ter autonomia. Esse crescimento exacerbado faz parte dos planos de desenvolvimento econômico brasileiro e recebe o apoio do Estado.

Logo após o título, o Locutor L aparece como “contador de histórias” ao iniciar a fábula através da expressão “Era uma vez”, voz genérica introduzida por uma memória discursiva. A responsabilidade do enunciado está voltada para L que mobiliza o Enunciador E_0 , de cuja perspectiva comunga. O E_0 apresenta o ponto de vista genérico. Isso pode ser observado a partir do trecho “Era uma vez”, o qual remete à voz social característica das narrativas de histórias de domínio público. É nesse tipo de narrativa que se situam as produções fabulárias, presentes em várias sociedades desde os tempos mais remotos.

O trecho subsequente “um homem que tinha uma galinha” completa o primeiro período do texto evidenciando a relação “ser-possuído” X “ser-possuidor” dadas as condições existenciais da galinha. Tais condições, tomando por base a desfigurativização da galinha, remetem ao esboço teórico do desmantelamento ideológico originado dos modos de manipulação de massa apresentado por Marilena Chauí. Estes são atingidos a partir do desenvolvimento de procedimentos ideológicos cuja operação se dá, nesse caso, por meio do silêncio – através do qual se silenciam os motivos pelos quais se faz necessária a segregação de determinada classe, de determinado grupo social.

Um imaginário social se parece com uma frase onde nem tudo é dito, nem pode ser dito, porque, se tudo fosse dito, a frase perderia a coerência, tornar-se-ia incoerente e contraditória e ninguém acreditaria nela. A coerência e a unidade do imaginário social ou ideologia vêm, portanto, do que é silenciado. (CHAUI, 1997, p. 175).

E, principalmente, pela produção do imaginário social – a qual busca ditar como se deve portar perante a sociedade.

Representações, normas e valores formam um tecido de imagens que explicam toda a realidade e prescrevem para toda a sociedade o que ela deve e como deve pensar, falar, sentir e agir. A ideologia assegura, a todos, modos de entender a realidade e de se comportar nela ou diante dela, eliminando dúvidas, ansiedades, angústias, admirações, ocultando as contradições da vida social, bem como as contradições entre esta e as idéias que supostamente as explicam e controlam. (CHAUI, 1997, p. 175).

Tem-se, então, o sujeito Galinha marcado ideologicamente ao apresentar-se como modelo social – o de “ser-possuído” –, ocupando, dessa forma, uma função pré-determinada, além de, ao mesmo tempo, dever portar-se como tal, seguir as “regras” prescritas, evidenciando, portanto, a operação dos mecanismos de alienação social e salientando a prática capitalista cujo objetivo se fundamenta na necessidade de obtenção de lucro.

O termo “subitamente” aparece para indicar surpresa, e vem intensificado pela expressão “em dia inesperado”. Toda essa surpresa é entendida pelo fato de a galinha ter posto um ovo. Mas por si só um ovo não causaria tanto *frenesi*, afinal de contas, galinha “serve” para pôr ovos. No entanto, não se tratava de um simples ovo, e sim, de um ovo de ouro – o objeto-valor –, que representa a ascensão social e financeira, a aquisição de prestígio, que é responsável pela passagem de classe social, apresentando um paralelo no texto entre a “miséria” e o “milionarismo”, o que evidencia um processo de junção e disjunção, o qual se segue no decorrer do texto:

O sujeito apresenta-se ora como sujeito virtual (antes de a galinha botar ovos de ouro, não mantém relação conjunta com o objeto), ora como sujeito realizado (quando “sua” galinha põe ovos de ouro, o sujeito passa a estar em conjunção com o objeto), ora como sujeito atualizado (quando a galinha deixa de botar ovos de ouro e é morta, o sujeito se relaciona por disjunção com o objeto). (BARROS, 2001, p.31).

Nos trechos “Ouro!”, “ovo de ouro!”, “tudo de ouro!”, o sentimento colore-se nos próprios enunciados mediante a marca de exclamação. Ao tomar a questão do sentimento, é enquanto λ que este pode ser experimentado. No momento em que se analisa o sentimento como exterior da enunciação, tem-se o λ . Tal sentimento é marcado principalmente nos enunciados declarativos. Já, quando o tem expresso pela exclamação, caracteriza-se como situado na própria enunciação, sendo assim remetido a L. Dessa forma, configura-se o Locutor L, responsável pela enunciação.

Ao se considerar que o fato “antigamente poderia passar despercebido, na data de hoje atraía verdadeiras multidões”, remete-se à posição ascendente do capitalismo, principalmente em meados do século XX, e a importância implantada na sociedade de se ter bens materiais para ser respeitado como um verdadeiro modelo de sucesso, firmando, assim, o ideal de “ser” definido pelo “ter”.

Logo depois se percebe a importante influência dos *media* – representados pelos meios de comunicação de massa – no cenário do capitalismo. A esta, por sua vez, cabe o papel de ditar o que se deve valorizar, apresentar parâmetros de sucesso ideologicamente definidos, excluindo, por consequência, outros modelos que não são de seu interesse. O assujeitamento ideológico passa a ser, principalmente na referida época social, mais facilmente disseminado por consequência do crescimento dos meios de comunicação de massa. São estes que comunicam, como a própria expressão adianta, para uma massa. Com o poder da comunicação, torna-se possível criar realidades, sustentar uma determinada imagem e, a partir desta, gerar lucro e prestígio. Não é à toa que se diz que quem detém a comunicação é detentor do poder. Quanto ao aspecto da importância da comunicação e do papel dos *media* nesse contexto é atestada por Guareschi (1991, p. 15 – 16):

Numa sociedade assim, onde o mínimo de pessoas pode falar e se fazer conhecido, a voz que desponta e a imagem que aparece é a de alguém que passa a existir, que emerge do profundo anonimato e da massificação generalizada, onde vive a maioria do povo brasileiro. Ter seu retrato na televisão, poder dizer a palavra pelo rádio, passa a ser privilégio de poucos, que passam, por isso mesmo, a ser os bons, os confiáveis, os que existem.

O sujeito Galinha é posicionado na narrativa em um determinado contexto situacional e histórico, passando, assim, a adquirir uma caracterização diferente da que possuía. Esta conquista, desta forma, um maior relevo aos olhos da sociedade já que tivera exercido a proeza de mostrar seu “talento” diante das câmeras da primeira emissora instalada no Brasil. A TV Tupi entrou no ar em 1950. Portanto, na década de 60 ainda era uma novidade. O aparelho de televisão passava a ser, desde então, o sonho de consumo de vários brasileiros. Assim, qualquer ser que tivesse o privilégio de aparecer nas redes televisivas, surgindo nas casas das pessoas de várias localidades, passava a ser merecedor do prestígio social e, conseqüentemente, financeiro. A heterogeneidade discursiva dá-se até na questão da influência da galinha em relação à transmissão intermunicipal de programas, como esclarece Marly Rodrigues em seu livro intitulado *A década de 50*.

A transmissão direta de uma cidade para a outra foi possível graças à inventividade de um técnico da Tupi, que improvisou uma antena utilizando telas de arame de galinheiro! Tratava-se do jogo Brasil e Itália, realizado no Maracanã, no Rio de Janeiro, e assistido pelos paulistas, em 1956. (RODRIGUES, 1994, p. 38).

Ao ser descrito o “esforço de reportagem”, percebe-se que na verdade este é exercido pelo dono da galinha (ser-possuidor) que por ela propriamente (ser-possuído), afinal de contas é justamente este que receberá as “glórias” daquele. A partir daí pode-se observar a inversão de valores, na qual outros recebem os méritos que deveriam ser destinados a quem realmente é merecedor. Portanto, após a desfigurativização, surge a arquitetura da ideologia capitalista calcada nas entrelinhas, marcada pela evidência da concentração de rendas; da desigualdade na distribuição do capital.

Em seguida, “a Galinha deixou de botar ovos de ouro. Desesperado, o homem foi ocultando o fato, até que, certo dia, não se contendo mais abriu a galinha para apanhar os ovos que ela tivesse lá dentro. Para sua decepção não havia mais nenhum”. Nesse momento, é possível visualizar, a partir desse enunciado de cuja responsabilidade é de L, a idéia de disjunção entre homem e objeto-valor (os ovos de ouro), a qual Diana Luz Pessoa de Barros desenvolve em seu livro intitulado *Teoria do discurso: fundamentos semióticos*. A sua análise é feita a partir da apresentação de elementos constitutivos do aludido *corpus*, ratificando a presença de marcas disjuntivas e conjuntivas, como se pode observar a seguir:

Os enunciados de fazer operam a passagem de um estado a outro, ou seja, de um estado conjuntivo a um estado disjuntivo e vice-versa. O objeto de transformação é, portanto, um enunciado de estado. Na fábula, ao matar a Galinha (enunciado de fazer) o sujeito do fazer “homem” muda seu estado de conjunção com o objeto “galinha e ovos de ouro” em estado de disjunção. (BARROS, 2001, p. 30)

A Galinha era tida como uma mão-de-obra destinada aos meios de produção de uma empresa privada e servia única e exclusivamente como instrumento de acumulação de riquezas. Agora, pode-se visualizar mais claramente após a desfigurativização os preceitos que regem a ideologia capitalista. Dessa forma, tem-se o homem representando o setor privado, proprietário dos meios de produção, aficionado em sua busca por lucros cada vez maiores, bem como as indústrias, que no período em questão vêm se proliferando e a galinha como a mão-de-obra explorada, a classe operária, útil somente até o momento em que está produzindo, em que está dando retorno capital às empresas.

O que se evidencia, nesse sentido, é o aspecto de exploração dos meios de trabalho. Assim, tomando o contexto fabular como uma representação da sociedade, é possível estabelecer uma analogia entre o homem, “ser-possuidor” e que explora a galinha “ser-possuído” e chegar, a partir daí, à prática capitalista de exploração de trabalho. A preocupação que se tem é a de tão somente gerar capital. É por esse viés que se estabelece o comportamento do homem diante da galinha. Isso se dá já que, ao não produzir mais ovos de ouro, a galinha é abatida pelo homem o qual tem o intuito único de “apanhar os ovos que ela tivesse lá dentro”.

Ao final, o “homem” ainda se apropria de algo deixado pela galinha mais importante do que os ovos de ouro: a fama, que representa sua marca – a qual passa a ser sinônimo de sucesso e riqueza –, para, através de uma característica empreendedora, voltar ao “mercado” e, sob a égide do *marketing*, conseguir muito mais dinheiro, ter muito mais lucro do que na época em que a galinha ainda punha ovo de ouro, deixando este de ser objeto-valor.

A moral que finaliza o texto “Cria galinhas e deita-te no ninho”, de responsabilidade de L, que retoma a estrutura da fábula clássica ao introduzir o *epimitio*, é uma estilização da expressão genérica “Cria fama e deita-te na cama”. Nesse contexto, L se apresenta a partir da perspectiva da voz genérica, mobilizando, assim, o E_0 . Ao levar em consideração o advento da modernidade, a expansão dos meios de comunicação de massa e, principalmente, o efeito da ideologia facilmente propagada em meio à sociedade, pode-se entender o valor que se dá, durante a época de publicação do *corpus*, a estar em evidência, a constituir uma posição de destaque intermediada pelos valores implantados em um determinado plano social. A partir daí não é mais necessário imprimir nenhum tipo de esforço, já que o objetivo principal (estar em evidência) apresenta-se atingido. Basta, apenas, após a sustentação inicial da fama, usufruir dos privilégios adquiridos, anulando qualquer tipo de preocupação (deita-te no ninho) em relação à necessidade de sustentar a posição adquirida, pois esta sempre se fará presente em sua vida. Tal circunstância se dá por conta do poder dos *media*, já que a imagem da galinha se fez circular pela sociedade, e pela forma com a qual o homem se vale dessa “vantagem” para novamente tirar proveito da situação.

Na moral também pode se verificar a intertextualidade, vez que resgata um texto anterior na forma de expressão genérica, além da interdiscursividade presente, ocorrida por estar “re-significando” um discurso que antecede o da moral. O discurso genérico, nesse caso, ao significar no plano a atualização presente na fábula, passa a ser constitutivo do desenvolvido na narrativa, o qual também remete à materialidade discursiva anterior,

marcando, pois, a intertextualidade que passa a significar em um outro plano textual junto à característica interdiscursiva.

A ironia ocorre a partir do momento em que a expectativa da leitura é quebrada. Ao matar a galinha, tem-se a impressão de que o homem, por consequência de seu ato, perderá sua “fonte de renda” e, com isso, a possibilidade de se situar em um local acima do que estivera. Como na fábula clássica há uma lição voltada à formação moral da sociedade, que denuncia as más ações e aponta, muitas vezes por meio da exortação, suas consequências negativas, um final oposto ao da represália, na perspectiva genérica da sociedade, apresenta-se como improvável ou, mais que isso, absurdo. A própria fábula apresenta-se como uma paródia da fábula “A galinha dos ovos de ouro”, que é atribuída a Esopo, a qual se apresenta da seguinte forma:

A galinha dos ovos de ouro

Um zeloso adorador de Hermes fora agraciado por este com uma galinha que punha ovos de ouro. O homem porém não se contentava com este ganho, que achava modesto. Crendo que ela tinha nas entranhas um monte de ouro, não hesitou em matá-la. E viu então que era igual às outras galinhas. Assim, pela ganância ficou privado até dos ovos, nos quais encontrava um pequeno ganho.

Moral: Assim os gananciosos, que querem sempre mais, chegam a perder até o que possuem. (ESOPO, 2006, p.143 – 144)

O que se observa, portanto, é mais uma vez a intertextualidade e a interdiscursividade constitutiva da fábula de Millôr Fernandes. Pode-se ver na fábula atribuída a Esopo que a moral indica, por meio da exortação, da advertência, o comportamento que deve ser adotado na sociedade, questionando a validade do sentimento de ganância.

A esse direcionamento do pensamento social assimila-se ao sujeito assujeitado, interpelado em sujeito, a partir do qual este se identifica à formação discursiva que o domina, sem que o sujeito tenha noção disso, formação esta a qual se configura como produto de uma formação ideológica. Diante disso, Pêcheux (1995, p.163) salienta:

Já observamos que o sujeito se constitui pelo “esquecimento” daquilo que o determina. Podemos agora precisar que a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apóia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (...) que constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito.

A formação ideológica dominante, nesse sentido, constitui a ideologia capitalista segundo a qual determina o lugar social na relação de classes, interpelando os indivíduos em sujeito mediante os Aparelhos Ideológicos de Estado principalmente familiar e escolar, bem como religioso, os quais desenvolvem as relações entre comportamento e sociedade, bem como das concepções de “bem” e de “mal”. Dessa forma, a formação ideológica põe em cena formações discursivas que, a partir do processo de interpelação, determinam o que se pode e se deve dizer, e que influenciam no interior das relações de trabalho, refletindo, portanto, na produção econômica.

No entanto, a fábula de Millôr Fernandes passa a “desconstruir” essa ideologia por desenvolver uma narrativa que vai de encontro ao postulado vigente e, em detrimento desses princípios, apresenta um mundo a partir do qual se evidencia a derrocada de valores até então sustentados socialmente. É assim que a fábula entra em confronto com preceitos sustentados pela ideologia dominante e que, mediante a ironia, sugere uma reflexão acerca do comportamento na sociedade e de seus valores, reflexão esta oportuna para o momento em evidência. Isso porque em meio ao século XX, evidencia-se um período de movimentação político-ideológica e social, o país passa por intensas mudanças. Assim, acentuam-se os conflitos próprios de um processo de modernização e emergem vários movimentos propulsionados por diferentes formações ideológicas e que instauram nesse cenário uma atmosfera de luta ideológica, “traduzida” na forma de embate social.

3.5 FÁBULA 5: O LOBO E O CORDEIRO

O lobo e o cordeiro

Estava o cordeirinho bebendo água, quando viu refletida no rio a sombra do lobo. Estremeceu, ao mesmo tempo que ouvia a voz cavernosa: “Vais pagar com a vida o teu miserável crime.” “Que crime?” – perguntou o cordeirinho tentando ganhar tempo, pois já sabia que com o lobo não adianta argumentar. “O crime de sujar a água que eu bebo” “Mas como posso sujar a água que bebes se sou lavado diariamente pelas máquinas automáticas da fazenda?” – indagou o cordeirinho. “Por mais limpo que esteja um cordeiro é sempre sujo para um lobo” – retrucou dialeticamente o lobo. “E vice-versa” – pensou o cordeirinho, mas disse apenas: “Como posso eu sujar a sua água se estou abaixo da corrente?” “Pois se não foi você foi seu pai, foi sua mãe ou qualquer outro ancestral e eu vou comê-lo de qualquer maneira, pois como rezam os livros de lobologia, eu só me alimento de carne de cordeiro” – finalizou o lobo preparando-se para devorar o cordeirinho. “Ein moment! Ein moment!” – gritou o cordeirinho traçando lá o seu alemão Kantiano. “Dou-lhe toda razão, mas faço-lhe uma proposta: se me deixar livre atrairei pra cá todo o rebanho.” “Chega de conversa” – disse o lobo –

“vou comê-lo logo, e está acabado.” “Espera aí” – falou firme o cordeiro – “isso não é ético. Eu tenho, pelo menos, direito a três perguntas.” “Está bem”- cedeu o lobo irritado com a lembrança do código milenar da jungle. – “Qual é o animal mais estúpido do mundo?” “O homem casado” – respondeu prontamente o cordeiro. “Muito bem, muito bem!” – disse o lobo, logo refreando, envergonhado, o súbito entusiasmo. “Outra: a zebra é um animal branco de listras pretas ou um animal preto de listras brancas?” “Um animal sem cor pintado de preto e branco para não passar por burro” – respondeu o cordeirinho. “Perfeito!” – disse o lobo engolindo em seco. “Agora, por último, diga uma frase de Bernard Shaw.” “Vai haver eleições em 66” – respondeu logo o cordeirinho mal podendo conter o riso. “Muito bem, muito certo, você escapou!” – deu-lhe o lobo por vencido. E já ia se preparando para devorar o cordeiro quando apareceu o caçador e o esquartejou.

MORAL: QUANDO O LOBO TEM FOME NÃO DEVE SE METER EM FILOSOFIAS. (FERNANDES, [1963] 1999, p. 20 - 21)

Diante do tempo passado que se firma na narrativa, ao evidenciar que “estava o cordeirinho bebendo água, quando viu refletida no rio a sombra do lobo. Estremeceu, ao mesmo tempo em que ouvia a voz cavernosa”, o locutor L, responsável pelo enunciado, apresenta-se a partir da perspectiva da voz genérica caracterizadora das composições fabulares. O posicionamento de L, nesse momento, dá-se segundo o ponto de vista genérico, mobilizado sob a caracterização do E₀. A polifonia no nível do locutor se dá a partir do seguinte trecho: “Vais pagar com a vida o teu miserável crime.”. Na fala atribuída ao lobo, o locutor L₁ divide lugar com λ, vez que, ao remeter a um “tu” em discurso direto, apresentando-se diretamente em relação ao “outro” mediante as marcas lingüísticas “vais” e “teu”, tem-se o pressuposto da presença do “eu”, caracterizador do ser no mundo o qual se configura como locutor λ.

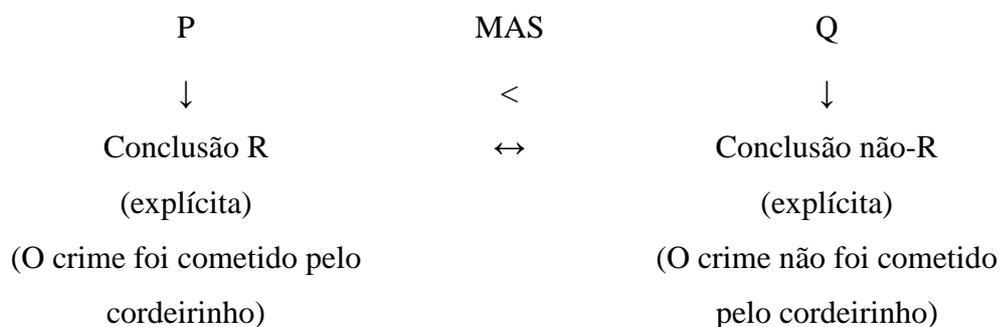
Em um primeiro momento, o posicionamento do lobo remete a uma ideologia de justiça. Isso porque, a julgar pela gravidade do delito cometido pelo cordeirinho, sua pena de morte é decretada pelo lobo. A predileção pela referida pena se explica pelo fato de o cordeirinho não ter cometido um simples “crime”, e sim um “miserável crime”. Assim, o argumento que justifica o castigo pago com a vida se dá pela do modalizador “miserável”, marca lingüística atribuidora de proporções maiores, que intensifica o substantivo que a pospõe.

A seguir, com o fragmento “Que crime?” estabelece-se o L₂ como responsável pelo enunciado em discurso direto. Apesar da pergunta direta, o objetivo não se encerra em saber qual teria sido o crime cometido. O desconhecimento presente na pergunta de início faz emergir o efeito de sentido estabelecido mediante a interdiscursividade, reveladora da

inocência atribuída ao cordeiro. Esse efeito de sentido se cristaliza principalmente na simbologia, a partir do qual se vê que cordeiro, “devido à sua candura e tolerância e a sua cor branca, é símbolo da mansidão, da inocência e da pureza” (LEXICON, 1990, p.65). No entanto, tal inocência é colocada em dúvida a partir do trecho “perguntou o cordeirinho tentando ganhar tempo, pois já sabia que com o lobo não adianta argumentar”, mobilizado por L. A intencionalidade do cordeirinho presente em L evidencia a estratégia traçada por L₂ para ganhar tempo, sobrepondo, desse modo, a astúcia à ingenuidade, à inocência.

A polifonia no nível do locutor se instaura novamente com o fragmento “O crime de sujar a água que eu bebo”. Nesse caso, a 1ª pessoa, caracterizadora da presença do locutor λ , apresenta-se explícita mediante a marca lingüística “eu”. O locutor L₁, dessa forma, divide o espaço enunciativo com o locutor λ , marcando no enunciado a coexistência de duas instâncias lingüísticas.

Em “Mas como posso sujar a água que bebes se sou lavado diariamente pelas máquinas automáticas da fazenda?”, a marca implícita de 1ª pessoa observável nos verbos “posso” e “sou” evidencia o locutor λ no enunciado de responsabilidade do L₂. Mais uma vez se configura a polifonia no nível do locutor na fábula. No referido enunciado, estabelece-se a presença da conjunção **mas** como seu elemento constituinte e atribuidora do caráter de complexidade ao enunciado. Nesse sentido, em relação ao argumento traçado pelo L₁ em seu enunciado e à defesa traçada por L₂ mediante a presença do **mas**, a conclusão R do crime do cordeirinho se presentifica de forma menos forte que a conclusão não-R, a qual destaca a impossibilidade de o cordeirinho ter cometido o referido crime. Utilizando mais uma vez o esquema traçado em Mangueneau (2005, p.28), a representação desse conjunto de instruções mobilizado pelo operador argumentativo **mas** no aludido fragmento da fábula pode ser compreendido a partir desta forma:



em que < = “ser um argumento menos forte”

→ = “ser um argumento em favor de”

↔ = “ser contraditório com”

Além do discurso de defesa, ao pontuar que era lavado “diariamente pelas máquinas automáticas da fazenda”, o cordeirinho propicia o estabelecimento de mais um efeito de sentido, o qual remete ao processo de industrialização que ocorre no século XX na sociedade brasileira, tornando-a cada vez mais moderna. Nesse sentido, segundo Rodrigues (1994, p.31), “a industrialização realizada durante os anos 50 trouxe consigo a modernização do Brasil. Modernização dos homens, tornando-os cada vez mais urbanos”. Ao argumentar utilizando a expressão “máquinas automáticas” no trecho em foco, evidencia-se a adequação do homem ao ritmo da vida moderna cada vez mais acelerado.

O L_1 se faz presente mais uma vez mediante o trecho “Por mais limpo que esteja um cordeiro é sempre sujo para um lobo”. A tirada é acompanhada da explicação de L a respeito da característica do enunciado. Nesse sentido, ao salientar “retrucou dialeticamente o lobo”, L mobiliza o E_1 , que marca a perspectiva do discurso filosófico contido no trecho ao remeter à dialética, tida como método de investigação filosófica. Segundo Rohmann (2000, p.112), “a dialética age por meio da contradição. No método socrático, testa-se um problema ou proposição por meio de um questionamento rigoroso que desbasta idéias errôneas comuns e revela suas contradições”.

Mais uma vez se faz presente o L_2 com o enunciado “E vice-versa”, o qual evidencia que o cordeirinho nutre o mesmo sentimento nefasto pelo lobo. No entanto, não o apresenta a ele. O cordeirinho rejeita a apresentação da referida idéia – a qual poderia provocar a ira do lobo (o que por sua vez não seria lógico, vez que o cordeirinho se ocupava em “ganhar tempo”) – e procura novamente argumentar em prol de sua defesa. Assim, ao tomar o trecho ‘ “E vice-versa” – pensou o cordeirinho, mas disse apenas: “Como posso eu sujar a sua água se estou abaixo da corrente?” ‘, vê-se de novo o estabelecimento do operador argumentativo **mas**, marca lingüística mediante a qual nesse enunciado se tem p **mas** q, sendo p a perspectiva do pensamento do cordeirinho e q o ponto de vista apresentado ao lobo pelo cordeirinho. No momento em que o cordeirinho rejeita a apresentação da perspectiva de p, a qual pode ser tomada como E_2 , privilegia-se o ponto de vista de q, ou E_3 , tendo-o como um argumento mais forte. O argumento q é apresentado mediante a configuração da divisão lingüística em duas instâncias: L_2 e λ . Tal divisão marca uma primeira forma de polifonia, que se dá pela presença de mais de um locutor em uma enunciação, havendo, portanto, dois locutores distintos em um mesmo enunciado.

Na seqüência se dá novamente a dupla enunciação a partir da presença de L_1 e de λ . Tal polifonia ocorre no seguinte trecho: “Pois se não foi você foi seu pai, foi sua mãe ou qualquer outro ancestral e eu vou comê-lo de qualquer maneira, pois como rezam os livros de lobologia, eu só me alimento de carne de cordeiro”. O argumento utilizado pelo lobo para punir o cordeirinho busca incutir nele uma culpa, mesmo que seja ao atribuir o crime a algum parente, ao remeter à sua árvore genealógica. Nesse fragmento observa-se que a ideologia de justiça passa a sucumbir. Ao salientar que irá comer o cordeirinho “de qualquer maneira”, vê-se que, sob tais circunstâncias, não adianta ao cordeirinho argumentar. Por mais que se isente da culpa pelo “crime”, sua pena já se encontra decretada. Esse comportamento se assimila ao contexto sócio-histórico da época em que a presente fábula é publicada. Os reflexos de um período em que há o cerceamento de direitos, a censura estabelecida tanto nos meios midiáticos quanto na sociedade em geral culmina no Golpe Militar em 1964, instituindo-se a época ditatorial brasileira. Além disso, o lobo também recorre à ciência que estuda os lobos a partir do neologismo lobologia, em que se tem lobo + logia (ciência). Ao tratar de “livros de lobologia”, remete-se a outras fábulas e a contos de fadas que tratam da dicotomia lobo / cordeiro. Em “finalizou o lobo preparando-se para devorar o cordeirinho”, estabelece-se a presença de L, apresentando-se sob a perspectiva da voz genérica presente nas narrações fabulares.

No trecho “Ein moment! Ein moment!”, L_2 se estabelece seguido pelo enunciado de L, o qual se apresenta na perspectiva de E_1 , remetendo, assim, a um contexto filosófico, como se pode observar em “gritou o cordeirinho traçando lá o seu alemão Kantiano”. Dessa forma, L_2 remete à filosofia de Immanuel Kant, “Filósofo alemão, cuja filosofia crítica questionou o *status* da metafísica, revolucionou a epistemologia e procurou fornecer uma fundamentação racional para a ética e a estética” (ROHMANN, 2000, p.230). O que se vê no fragmento subsequente é a derrocada de princípios éticos por parte do cordeirinho. Com o enunciado “Dou-lhe toda razão, mas faço-lhe uma proposta: se me deixar livre atrairei pra cá todo o rebanho”, configura-se a existência das instâncias lingüísticas L_2 e λ . Nesse momento da fábula é possível evidenciar a “desconstrução” do valor simbólico atribuído ao cordeirinho. A sua inocência e a pureza não mais se firmam como predicado para o cordeirinho. A ideologia contida no valor simbólico cristão em relação ao cordeiro é desmantelada. Isso porque “a simbólica cristã relaciona-o sobretudo com o par lobo-cordeiro; o cordeiro simboliza o fiel; o lobo, os poderes que ameaçam a fé” (LEXICON, 1990, p.126). Portanto, a fidelidade do cordeirinho sucumbe em prol de seu bem-estar.

Com o enunciado “Chega de conversa”, L₁ demonstra a impaciência do lobo com as tentativas do cordeirinho. Nesse sentido, sob a responsabilidade de L₁ pelo enunciado e pela caracterização de λ como ser do mundo, é apresentado o seguinte enunciado: “vou comê-lo logo, e está acabado”. No entanto, o cordeirinho não desiste de tentar “ganhar tempo”. Assim, L₂ mobiliza o enunciado “Espera aí”, seguido desta colocação de L: “falou firme o cordeiro”. Apesar de não apresentar uma postura ética anteriormente, o cordeirinho, mediante o enunciado “isso não é ético. Eu tenho, pelo menos, direito a três perguntas”, apóia-se no discurso da ética para continuar a “ganhar tempo”. Quanto ao “direito a três perguntas”, mediante a presença do numeral “três” na fábula, bem como pelo título “O lobo e o cordeiro”, verifica-se a intertextualidade constitutiva. Nesse sentido, a fábula milloriana “O lobo e o cordeiro” dialoga com a produção esópica de “O lobo e o cordeiro”, que se configura da seguinte maneira:

O lobo e o cordeiro

Um lobo, que já havia comido à saciedade, viu um cordeiro caído no chão. Compreendeu que ele caíra de medo, aproximou-se para tranquilizá-lo, e disse que apenas deveria lhe apresentar três proposições verdadeiras para ir embora são e salvo. E o cordeiro disse, em primeiro lugar, que gostaria de não tê-lo encontrado; segundo, que esperava que o lobo não fizesse nada contra ele, porque era cego; e, por fim, em terceiro lugar, “que possam todos os abomináveis lobos morrer da pior morte, pois nos fazem uma guerra sem quartel sem nada terem sofrido de nossa parte”. E o lobo teve de reconhecer a verdade do que ele dissera, devolvendo-lhe a liberdade.

Moral: A fábula mostra que, muitas vezes, a verdade tem seus efeitos até sobre os inimigos. (ESOPO, 2006, p.119 – 120)

A fábula se segue com o trecho “Está bem”. L₁ mobiliza o referido enunciado em favor da ética. Esse comportamento se explica a partir deste enunciado de responsabilidade de L: “cedeu o lobo irritado com a lembrança do código milenar da jungle”. Tal fato salienta a existência de regras, princípios que devem ser seguidos. A presença desse código reforça a idéia de que a fábula pode ser lida de mais de uma forma. Nesse sentido, além dos diálogos, o código a que se refere o texto também funciona como um elemento isotópico, vez que se dá especificamente no mundo dos homens.

Seguindo as perguntas às quais o cordeirinho reclamou direito, o lobo inicia a arguição: “Qual é o animal mais estúpido do mundo?” Como resposta ao enunciado de L₁, L₂ mobiliza o seguinte enunciado: “O homem casado”, seguido da consideração enunciativa de L: “respondeu prontamente o cordeiro”. A resposta do cordeirinho revela o efeito de sentido

da descrença no casamento. Segundo Fernandes (2002, p.82), “casamento é essa instituição em que as pessoas casadas colaboram permanentemente pra destruir”. O fato de L₁ concordar com a resposta mediante o enunciado “Muito bem, muito bem!”, que se segue da explicação de L (disse o lobo, logo refreando, envergonhado, o súbito entusiasmo) salienta o caráter da crença na resposta. Como humorista, Millôr Fernandes utiliza-se da referida construção como elemento humorístico, com o intuito de, mediante a intertextualidade, contextualizar a verdade na medida em que vai de encontro com a verdade apresentada na fábula esópica. Nesse sentido, a resposta que se estabelece na fábula milloriana para a referida pergunta não encerra propriamente uma verdade como se pode observar na fábula de Esopo. O casamento, assim, é manifestado e se reveste da idéia pré-concebida da impossibilidade da convivência harmônica entre cônjuges que se propaga na sociedade brasileira, principalmente na época de publicação do *corpus*. Tal propagação se dá ao se tomar a referida idéia em um contexto humorístico, como uma piada, mediante a qual é possível observar traços de identidade social. Nesse sentido, Possenti (2002, p.157) faz a seguinte consideração a esse respeito:

Piadas e anedotas são uma forma extremamente rica de abordagem da questão da identidade – estereotipada, vale repetir. A razão é que estes tipos de textos sempre retomam discursos profundamente arraigados e cujos temas são sempre cruciais para uma sociedade. De tão óbvia, no entanto, a abordagem deve ter parecido improdutiva (pelo menos, pesquisadores nunca lhe prestaram atenção). Ora, é um fato que muitos eventos discursivos funcionam sobre este suporte.

Assim, o estereótipo do homem casado ser “o animal mais estúpido do mundo” é traçado na fábula como estratégia de afirmar, mediante uma relação interdiscursiva, mais que isso, a posição privilegiada do homem não casado, que sendo livre é tido como um ser inteligente. Dessa forma, a posição da identidade do grupo dos homens não casados dá-se pelo Outro. A isso Possenti (2002, p.158) salienta:

(...) deveria ser evidente que os estereótipos são construtos produzidos por aquele(s) que funciona(m) como sendo o(s) Outro(s) para algum grupo. Mas, eventualmente, esta relação interdiscursiva é ofuscada ou apagada – quando o confronto não aparece na própria piada -, e o efeito é a impressão de que o estereótipo é universal, que não tem condições históricas da produção, ou, pelo menos, que essas condições não incluem efetivas relações de confronto com uma alteridade.

As condições que imprimem a aparência de um caráter universal à tirada residem na suposta ausência do confronto entre os referidos grupos. Tais condições propiciam a

aproximação do estereótipo do homem casado ao caráter universal, mobilizado pelo senso-comum, que atesta o predicado de estúpido, que se opõe ao do grupo do homem não casado. O caráter universal torna-se ainda mais sustentável a partir do momento em que é trabalhado em uma produção fabular, vez que essa apresenta em suas características a propriedade da universalidade.

No entanto, a interdiscursividade ocorre no trecho, mobilizada pelo contexto sócio-histórico de sua produção. Com efeito, para compreender o sentido que evidencia a propriedade de o homem casado ser “o animal mais estúpido do mundo” é preciso que se tenha a noção de que tal efeito se dá logicamente não por ser homem, e sim, casado. Ao tomar a época de publicação da fábula em questão, tem-se o retrato de uma sociedade marcada por um intenso rebuliço social, na qual se destaca a luta e gradual ascensão da mulher, principalmente mediante a militância do movimento feminista. O reflexo que esse movimento imprime atinge os padrões comportamentais de uma sociedade marcada pelo posicionamento patriarcal, tornando-se evidente no próprio seio familiar. O homem, nesse sentido, tem sua autoridade abalada a partir do momento em que se reivindicam direitos à igualdade. A escolha que é feita em se casar corresponde, nesse sentido, a se privar de certos comportamentos em prol do casamento. Assim, é possível identificar o efeito de sentido segundo o qual se casar torna o homem “estúpido”, vez que se submete a perder parte da liberdade. A estupidez, por esse viés, se explica pela escolha em se casar e perder, de certa forma, a liberdade.

O enunciado que se sucede “Outra: a zebra é um animal branco de listras pretas ou um animal preto de listras brancas?” é de responsabilidade do L₁. Nesse, o lobo mais uma vez submete o cordeirinho a mais uma pergunta, e recebe o seguinte enunciado, de responsabilidade de L₂: “Um animal sem cor pintado de preto e branco para não passar por burro”. O enunciado “Perfeito!”, mobilizado por L₁, atesta a validade da resposta. O jogo de pergunta e resposta mais uma vez surge como elemento humorístico. Esse, por sua vez, é colocado sob forma de chiste, expressando pelo dito espirituoso a comicidade que reveste a produção milloriana.

Seguindo o texto, o enunciado de L₁ mobiliza a terceira pergunta: “Agora, por último, diga uma frase de Bernard Shaw”. O locutor L₂, ao apresentar o enunciado “Vai haver eleições em 66”, atribuindo-o ao escritor, jornalista e dramaturgo irlandês George Bernard Shaw cuja obra *Pigmaleão* foi traduzida por Millôr Fernandes, desenvolve-o mediante o caráter intertextual, e se segue do trecho “respondeu logo o cordeirinho mal podendo conter o riso”, de responsabilidade de L. Com o enunciado de L₁ “Muito bem, muito certo, você escapou!”, seguido de L com “deu-lhe o lobo por vencido”, torna-se evidente a boa atuação

do cordeirinho diante das perguntas. Assim como a fábula de Esopo, o lobo reconhece a “verdade” dita pelo cordeirinho e, em um momento, vai ao encontro da moral da fábula esópica a qual atesta a propriedade do efeito da verdade até mesmo nos inimigos. Nesse sentido, declara que o cordeirinho escapara, devolvendo-lhe até então a liberdade.

Entretanto, diferente da fábula esópica, Fernandes propõe um outro final. Assim, com L mobilizando o trecho “E já ia se preparando para devorar o cordeiro quando apareceu o caçador e o esquartejou”, vê-se que a referida atitude do lobo liga-o à sua simbologia, que o tem em muitos países “como símbolo da guerra e da agressão” (LEXICON, 1990, p.126). Além disso, o referido comportamento assemelha-se a atitudes presentes na sociedade brasileira a partir das quais se pode observar uma distância entre a realidade e as leis, nem sempre respeitadas. Diante dessa questão, Rezende (1994, p.43) salienta:

Na historiografia continua-se a afirmar que no Brasil existe uma imensa distância entre o país real e o país legal. Ou seja, as nossas leis e constituições revelam, muitas vezes, uma sabedoria jurídica que não é acompanhada pelos nossos governos. Existem projetos liberalizantes e democráticos que não conseguem ir adiante por haver essa “contradição fundamental” entre o real e o legal.

O fim trágico do lobo liga-se à moral de responsabilidade de L, que se configura desta forma: “Quando o lobo tem fome não deve se meter em filosofias”. Dessa forma, ao tomar a moral da fábula “O lobo e o cordeiro”, observa-se a prioridade dada às necessidades fisiológicas. Nesse sentido, quando se tem fome não se deve perder tempo. Por outro lado, analisando a fábula como um simulacro da realidade brasileira da metade do século XX, é possível compreender a importância que é dada ao tempo em uma sociedade capitalista. Tal fato se fundamenta principalmente nos avanços tecnológicos trazidos pelo processo de industrialização. O cordeiro não foi sucumbido pelo lobo por este ter perdido tempo. Já com o caçador não ocorreu tal fracasso. Isso porque não perdeu tempo em **esquartejar** o lobo.

A política de suprir necessidades em uma sociedade moderna capitalista no mínimo tempo possível é predicado para se manter nesse ambiente competitivo. A velocidade na produção é enfatizada por Rezende (1994, p.13) ao salientar o seguinte: “Os hábitos cotidianos mudaram, acompanhando o ritmo acelerado da automação da produção padronizada, que até hoje torna os objetos obsoletos antes que eles percam sua utilidade”. Assim, observando a fome do lobo como o capital, é possível traçar uma intertextualidade com o conhecido adágio de que “tempo é dinheiro”. E como no capitalismo a base é “a

exploração do capital sobre o trabalho” (cf. REZENDE 1994, p.82-83), o dinheiro torna-se elemento fundamental nesse processo.

3.6 FÁBULA 6: O CARACOL E A PITANGA

O caracol e a pitanga

Há dois dias o caracol galgava lentamente o tronco da pitangueira, subindo e parando, parando e subindo. Quarenta e oito horas de esforço tranqüilo, de caminhar quase filosófico. De repente, enquanto ele fazia mais um movimento para avançar, desceu pelo tronco, apressadamente, no seu passo fustigado e ágil, uma formiga maluca, dessas que vão e vêm mais rápidas que coelho de desenho animado. Parou um instantinho, olhou zombeteira o caracol e disse: “Volta, volta, velho! Que é que você vai fazer lá em cima? Não é tempo de pitanga.” “Vou indo, vou indo” – respondeu calmamente o caracol. – “Quando eu chegar lá em cima vai ser tempo de pitanga.”
MORAL: NO BRASIL NÃO HÁ PRESSA!

Na fábula “O caracol e a pitanga”, a narrativa que se efetua insere na estrutura típica da referida composição leva a constatar a configuração de um locutor L que se coloca na perspectiva enunciativa de E₀, comungando de uma posição genérica. No primeiro período, evidencia-se o local onde se passa a história: em uma pitangueira. Além disso, o que chama a atenção nesse período é a morosidade do caracol, evidenciada pelo modalizador “lentamente”, e salientada a partir do jogo de palavras na construção “subindo e parando, parando e subindo”. A repetição dos verbos **subir** e **parar** no gerúndio destaca um processo contínuo e ininterrupto, indicando tanto a monotonia imprimida pela atividade fastidiosa, quanto a vagareza, desde antes destacada pelo modalizador “lentamente”. A morosidade ainda é reiterada neste trecho: “Quarenta e oito horas de esforço tranqüilo, de caminhar quase filosófico”, também de responsabilidade de L.

Ao tomar o contexto sócio-histórico da sociedade brasileira da época, vê-se que a distância entre a realidade social e as leis provoca, mediante a dominação política, a lentidão no desenvolvimento nacional em diversos campos. A consequência provocada pela referida distância também se explica pelo regime político presente na história do Brasil, o qual propicia a presença do Estado se sobrepondo às leis que determinam os direitos e deveres da população. Diante disso, Rezende (1994, p.43-44) salienta:

Se retomarmos um pouco o Estado Novo e a Constituição de 1937, verificaremos que não basta apenas ater-nos ao texto da lei, como se isso consagrasse, na prática, um projeto democrático-burguês da classe dominante brasileira. O artigo 120 dessa constituição “garante aos

brasileiros e estrangeiros residentes no país” as mais autênticas liberdades democráticas – liberdade religiosa e de associação, direito de representação etc. –, quando sabemos que o regime político que se estabeleceu nesse período justificou a presença sufocante do Estado.

Dessa forma, o cerceamento de direitos dificulta o desenvolvimento social em uma sociedade que tende a se modernizar e a passar pelo processo de industrialização. Nesse sentido, ao analisar a década de 50 pode-se entender os passos do Brasil no processo de desenvolvimento. Isso porque a década de 50 “prenuncia de comportamento e valores que irão marcar os anos 60” (cf. REZENDE, 1994, p.13). Várias mudanças ocorrem nesse período, impulsionadas por conquistas e reivindicações de direitos, como por exemplo a participação da mulher na sociedade, fato que marca a modificação principalmente nas relações familiares. Diante de tal questão, a qual salienta a mudança de comportamento social, Rezende (1994, p.13) reitera: “A crescente participação da mulher nas várias atividades e a sua emancipação sexual – possível depois da invenção da pílula anticoncepcional, em 1954 – influíram nas relações familiares, criando novos parâmetros para seu estabelecimento”.

Os passos do caracol marcam um período tido como o mais promissor na sociedade brasileira: 1958. Relatando fatos históricos da referida época, SANTOS (1998, p.13-14) revela, muitas vezes de forma literária, a atmosfera positiva que irradiava aquele momento, principalmente aos olhos de Millôr Fernandes, e em um trecho retrata esse sentimento da seguinte maneira:

Não é um daqueles casos típicos da nostalgia de Millôr Fernandes, aquela em que se quer voltar saudosos para um lugar que nunca existiu. 1958, por toda a sua delicadeza em administrar a passagem sem traumas de um país para outro, existiu de fato – e o próprio Millôr está aqui para lhe tornar públicas as glórias. Primeiro com suas próprias pérolas aos porcos no Emmanuel Vão Gogo de *O Cruzeiro* (“Enquanto este bonde não chegar ao fim da linha eu não desmonto do elefante”); depois pelas raquetadas em dupla com o irmão Hélio, fundando o frescobol nas praias do Rio. Foi um ano em que o Brasil olhou no olho do Brasil e, ao contrário das outras vezes, não fingiu, envergonhado, que nunca o tinha visto mais magro. O corpo era o mesmo, cheio de problemas de saúde (...). Mas, pela primeira vez, vestíamos uma camisa de náilon.

No fragmento “De repente, enquanto ele fazia mais um movimento para avançar, desceu pelo tronco, apressadamente, no seu passo fustigado e ágil, uma formiga maluca, dessas que vão e vêm mais rápidas que coelho de desenho animado. Parou um instantinho, olhou zombeteira o caracol e disse”, mobilizado por L, ao contrário da lentidão imprimida pelo caracol, verifica-se a velocidade da “formiga maluca”, acentuada pelo modalizador

“apressadamente” e reiterada pelo fragmento “dessas que vão e vêm mais rápidas que coelho de desenho animado”.

Ao dizer “Volta, volta, velho! Que é que você vai fazer lá em cima? Não é tempo de pitanga”, a formiga trata o caracol como “velho”, remetendo à sua vagareza. Nesse momento instaura-se o L₁, responsável pelo enunciado em questão. Como a formiga imprime um ritmo acelerado, é possível pensar o vigor da juventude, o que remete a uma postura ativa diante da situação em que estão. Os dois na pitangueira, no mesmo local, sob as mesmas condições, imprimem um ritmo diferente. Em relação ao referido contexto, instaura-se como efeito de sentido a relação existente entre o Brasil e os Estados Unidos. Ambos países colonizados, o Brasil por Portugal e os Estados Unidos pela Inglaterra, com destinos diferentes. Ao tomar o caracol como “velho”, é possível relacioná-lo ao Brasil. Isso porque, como salienta Agostini (1997, p.22), “a primeira colônia inglesa só foi estabelecida em 1607, na Virgínia, 115 anos depois da descoberta do novo continente e 75 anos após a fundação da primeira vila brasileira, São Vicente, em 1532”. Os Estados Unidos, diferente do Brasil, se tornaram uma grande potência desenvolvida, financeiramente autônoma.

No enunciado “Vou indo, vou indo”, dá-se a divisão do locutor em duas instâncias lingüísticas: o locutor L₂ e o λ , configurando-se, assim, a polifonia no nível do locutor. O enunciado aponta o processo em andamento, mais uma vez mediante o gerúndio. A lentidão do caracol é ratificada pelo enunciado mobilizado por L, em “respondeu calmamente o caracol”, que se evidencia pela colocação do modalizador “calmamente”.

Na seqüência da fábula, mais uma vez ocorre a polifonia do locutor com a presença das instâncias lingüísticas L₂ e o λ , no enunciado “Quando eu chegar lá em cima vai ser tempo de pitanga”, marcada pela presença do pronome “eu” de 1^a pessoa. A morosidade do caracol como uma figurativização da condição social brasileira é explicitada na moral, segundo a qual “No Brasil não há pressa!”, de responsabilidade de L.

Torna-se evidente, dessa forma, a presença das condições de possibilidades que marcam a produção da aludida fábula. O contexto social e histórico da metade do século XX se relaciona à figurativização da fábula, propiciando a compreensão de seus efeitos de sentido na medida em que se tem a possibilidade, diante de um processo isotópico, de se ter mais de uma leitura do texto. Assim, a polifonia também se faz presente nessa produção e, aliada à Análise do Discurso, propicia o processo de pontuação dos efeitos de sentido, auxiliando na análise efetuada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como meta investigar o desenvolvimento discursivo de textos fabulares desenvolvidos por Millôr Fernandes em *Fábulas Fabulosas*. Para tanto, utilizou-se um arcabouço teórico constituído por elementos das condições de produção da Análise do Discurso, vinculados à Teoria Polifônica da Enunciação, numa proposta de operar nesse entremeio teórico.

Diante do procedimento analítico, tornou-se possível evidenciar a propriedade de, no *corpus* trabalhado, identificar a polifonia. Da mesma forma, obteve-se êxito na aplicação dos pressupostos teóricos da Análise do Discurso utilizados. Ao definir o procedimento adotado para a aplicação dos elementos teóricos na proposta do entremeio, tornou-se coerente a manipulação das teorias pelo distanciamento, ainda que aparente, das contradições existentes pela presença, no cerne das referidas vertentes lingüísticas, de conceituações distintas, de visões que não se propõem estritamente niveladas. Apesar de tal distanciamento aparente, deve-se ter a noção de que, em meio às relações de força existentes na proposta do entremeio, as relações contraditórias ainda assim se constituem nesse terreno da coexistência, nesse plano da simultaneidade.

Nesse sentido, em meio às relações de força estabelecidas no ambiente teórico mediante ações contraditórias, esta pesquisa dissertativa também se ocupou em descrever as bases da aplicação teórica na proposta do entremeio. A importância de tal procedimento tornou-se evidente por se constatar a necessidade de estabelecer uma adequação que propiciasse a aplicação teórica. Assim, possibilitou-se trabalhar com elementos teóricos distintos ao estabelecer, na base da ação contraditória, parâmetros de adequação para a aplicação do entremeio.

Com a polifonia enunciativa evidenciaram-se as perspectivas mobilizadas pelo discurso das fábulas, ao mesmo tempo em que se pontuava, mediante as figuras de locutores e enunciadores, o contexto sócio-histórico, bem como os movimentos filosóficos que se fizeram presentes na época de publicação do *corpus*. Por esse viés, pôde-se constatar a presença, nos referidos discursos, dos movimentos sociais, históricos e filosóficos como constituintes das condições de possibilidade discursiva. Também se fez notória a presença da polifonia enunciativa que rechaça a idéia de um locutor único na perspectiva do enunciado, confirmando a concepção ducrotiana do processo polifônico.

Além disso, observou-se a presença material da ideologia concretizada em discursos fabulares, mobilizados mediante a apresentação de textos humorísticos nos quais se

representou, através de um processo isotópico, o ambiente social. Dessa forma, as condições de produção marcaram posições ideológicas, fundamentaram relações sociais por meio de movimentos históricos, salientando, através da profusão de acontecimentos sócio-históricos, o momento de intenso rebuliço social.

Seguindo essa idéia, ao se trabalhar com o *corpus* escolhido, observou-se não só o caráter universal que imprime a propriedade de as produções fabulares permearem várias sociedades, em momentos distintos, mantendo-se atualizadas. Além disso, pôde-se constatar o encontro do elemento universal com o individual, este mobilizado pelo caráter próprio, o qual faz com que os textos em questão sejam identificados, mediante o caráter irônico, normalmente sob a forma de uma paródia satírica, como fábulas millorianas, que marcam e pontuam o momento social em questão.

Portanto, os resultados obtidos apresentam um balanço da presente pesquisa e levam à reflexão acerca da referida abordagem lingüística. Tal reflexão revela-se como necessária para direcionar às pesquisas futuras as necessidades de preenchimentos de lacunas, sempre presentes na abrangência dos campos de estudo em que a língua, escapando à sua imanência, se mistura à complexidade existente nas relações estruturais de uma formação social.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINI, João Carlos. *Brasileiro, sim senhor*. 1. ed. São Paulo: Moderna, 1997.
- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. 9. ed. Trad. Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro: Introdução crítica de José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José Luiz (Org). *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*. São Paulo: EDUSP, 1995.
- BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 1988 [1929].
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral 1*. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luiza Neri: revisão do prof. Isaac Nicolau Salum. 7. ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 2005.
- BENVENISTE, Emile. *Problemas de lingüística geral II*. Revisão técnica da tradução: Eduardo Guimarães. Campinas, São Paulo: Pontes, 1989.
- BOFF, Leonardo. *A águia e a galinha: Uma metáfora da condição humana*. 40. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- BRAGA, Theophilo. Processo artístico de La Fontaine. In: FONTAINE, L. *Fábulas*. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 6. ed. Campinas: EDUNICAMP, 1997.
- BURKE, Peter. *A cultura popular na idade moderna*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: companhia das letras, 1989.
- CASALECCHI, José Ênio. *O Brasil de 1945 ao golpe militar*. São Paulo: Contexto, 2002.
- CASCUDO, Luis da Câmara. *Civilização e cultura*. 1. ed. Belo Horizonte: Itatiaia Limitada, 1983.
- CHAGAS, Pinheiro. La Fontaine e as suas fábulas. In: FONTAINE, L. *Fábulas*. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- CHARAUDEAU, Patrick & MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. Coord. Trad. Fabiana Komesu. São Paulo, 2004.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. 8. ed. São Paulo: Ática, 1997.
- CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- CHAUÍ, Marilena. *Simulacro e poder: uma análise da mídia*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

- CLARET, Martin. As fábulas de todos os tempos. In: ESOPO. *Fábulas*. Trad. Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- COLLINSON, Diané. *50 grandes filósofos*. Trad. Maurício Waldman e Bia Costa. São Paulo: Contexto, 2004.
- DILLINGER, Mike. *Forma e função na lingüística*. D.E.L.T.A., v.7, n.1, p. 345-407, 1991.
- DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Tradução: Ingedore G. V. Koch et al. Campinas: Pontes / EDUNICAMP, 1987.
- ESOPO. *Fábulas*. Trad. Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- FERNANDES, Millôr. *Fábulas fabulosas*. 15. ed. Rio de Janeiro: Nordica, [1963] 1999.
- FERNANDES, M. & RANGEL, F. *Liberdade, liberdade*. Porto Alegre: L&PM, 2006.
- FERNANDES, Millôr. *Millôr definitivo*. A bíblia do caos. Porto Alegre: L&PM, 2002.
- FERNANDES, Millôr. *Novas fábulas fabulosas*. 6. ed. Rio de Janeiro: Nórdica, 1997.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. (Supervisor). *Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa*. 11. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1971)
- FIORIN, José Luiz. *Elementos de análise do discurso*. 13. ed. São Paulo: Contexto, 2005.
- FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. 8. ed. São Paulo, SP: Ed. Ática, 2005.
- FONTAINE, La. *Fábulas*. Trad. Vários autores. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- GADET, F. & HAK, T. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso*. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Trad. Betania S. Mariani... [et al.] Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.
- GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna*. 16. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995.
- GUIMARÃES, Eduardo. *Texto e argumentação: um estudo de conjunções do português*. 3. ed. Campinas: Pontes, 2002.
- GRANT, Michel. *História resumida da civilização clássica: Grécia e Roma*. Trad. Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso – diálogos & duelos*. São Carlos: Claraluz, 2004.
- GUARESCHI, Pedrinho A. (Coord.). *Comunicação & controle social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

HUBERMAN, Leo. *História da riqueza do homem*. Trad. Waltensir Dutra. 15. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs). *Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação e nunca acabar*. São Carlos: Claraluz, 2005.

JAEGER, Werner. *Paidéia: a formação do homem grego*. Trad. Artur M. Parreira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

LEXIKON, Herder. *Dicionário de símbolos*. Tradução: Erlon José Paschoal. 14.ed. São Paulo: Cultrix, 1990.

LOBATO, Monteiro. *A chave do tamanho: fábulas*. São Paulo: Editora Círculo do Livro, 1985a.

LOBATO, Monteiro. *Histórias de tia Nastácia: o Pica-pau Amarelo*. São Paulo: Editora Círculo do Livro, 1985b.

MACEDO, J. O poder político e a fábula. In: MACEDO, J.; ROCHA, M. J. C.; NETO, J. A. S (Org.). *Discursos em análise*. Salvador: UCSal. Instituto de Letras, 2003. p.213-230.

MADUREIRA, André Luiz Gaspari. *Fábula: simulacro de uma realidade*. 2004. 51 f. Monografia (Especialização em Estudos Lingüísticos e Literários) – Instituto de Letras Vernáculas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. Trad. Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MALDIDIER, Denise. *A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MARTINS, Nilce Sant'ana. *Introdução à estilística*. 3. ed. São Paulo: T.A.Queiroz, Editor, 2003.

MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. 12. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

MUSSALIM, Fernanda. *Análise do discurso*. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. *Introdução à lingüística 2*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2006.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *A análise de discurso: princípios e procedimentos*. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e leitura*. 2. ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 1993.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni P. Orlandi. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2002.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso*. Uma crítica à afirmação do óbvio. 2. ed. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

PÊCHEUX, M & FUCHS C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F & HAK T. (Orgs.) *Por uma análise automática do discurso*: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradutores Bethania S. Mariani... [et al.] 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

POSSENTI, Sírio. *Os limites do discurso*. Curitiba, PR: Criar Edições, 2002.

REZENDE, Antonio Paulo. *História do movimento operário no Brasil*. 3. ed. São Paulo, SP: Editora Ática, 1994.

ROCHA, M. J. C. O rouxinol e o gavião: uma fábula esópica? In: MACEDO, J.; ROCHA, M. J. C.; NETO, J. A. S (Org.). *Discursos em análise*. Salvador: UCSal. Instituto de Letras, 2003. p.281-293.

RODRIGUES, Marly. *A década de 50: populismo e metas desenvolvimentistas no Brasil*. 2.ed. São Paulo:Ática, 1994.

ROHMANN, Chris. *O livro das idéias*: Um dicionário de teorias, conceitos, crenças e pensadores, que formam nossa visão de mundo. Trad. Jussara Simões. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SANTANA, Erivelton Nonato de. Ideologia e poder nas histórias em quadrinhos: aspectos do micro-universo feminino na turma da Mônica. 2005. 145 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Lingüística) – Instituto de Letras Vernáculas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SANTOS, Ismael dos. *Homens, raposas e uvas*: a fábula na literatura brasileira. Blumenau: Edifurb, 2003.

SANTOS, Joaquim Ferreira. *Feliz 1958*: o ano que não devia terminar. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. Trad. Antonio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 25. ed. São Paulo: Cultrix, 2003.

ZANDWAIS, Ana (org). *Mikhail Bakhtin*: contribuições para a Filosofia da Linguagem e Estudos Discursivos. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2005.

ZILLES, Urbano. *Gabriel Marcel e o existencialismo*. Porto Alegre: Acadêmica/PUC, 1988.

COBRA, Rubem Q. – Existencialismo. <www.cobra.Pages.nom.br,Internet,Brasília,2001> Acesso em 21/08/2004

<www.terravista.pt/ancora/2254/lexicon/dterminins.htm> Acesso em 21/08/2004

http://pt.wikipedia.org/wiki/George_Bernard_Shaw